



## **Biblioteca Breve**

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

### O ESTUDO DAS LÍNGUAS EXÓTICAS NO SÉCULO XVI



*Edição sob os auspícios do Comissariado  
para a XVII Exposição Europeia de Arte,  
Ciência e Cultura*

Os Descobrimientos Portugueses  
e a Europa do Renascimento

Lisboa, 1983



CONSELHO DA EUROPA

COMISSÃO CONSULTIVA

FERNANDO NAMORA  
Escritor

JOÃO DE FREITAS BRANCO  
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA  
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL  
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO  
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA  
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO  
ÁLVARO SALEMA

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

O Estudo  
das Línguas Exóticas  
no Século XVI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

*Título*

**O Estudo das Línguas Exóticas  
no Século XVI**

---

*Biblioteca Breve / Volume 71*

---

1.<sup>a</sup> edição — 1983

---

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
Ministério da Educação

---

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*  
*Divisão de Publicações*  
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa  
Direitos de tradução, reprodução e adaptação  
reservados para todos os países

---

*Tiragem*

6000 exemplares

---

*Coordenação geral*

A. Beja Madeira

---

*Orientação gráfica*

Lúis Correia

---

*Distribuição comercial*

Livraria Bertrand, SARL  
Apartado 37, Amadora – Portugal

---

*Composição e impressão*

nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand  
Venda Nova - Amadora — Portugal

Fevereiro 1983

## ÍNDICE

|  | Pág. |
|--|------|
| I / EM BUSCA DO MODELO .....   | 6    |
| II / BABEL E A EXPLOSÃO DO REAL .....  | 19   |
| III / TESTEMUNHAR E COMPARAR .....   | 27   |
| IV / COMUNICAR: DO «GRAU ZERO» À PRÁTICA<br>PEDAGÓGICA .....                     | 34   |
| V / AS TRÊS ESTRATÉGIAS .....  | 50   |
| <i>A Cartinha em Tamul e Português</i> .....                                     | 52   |
| <i>A Arte Malabar</i> .....  | 59   |
| <i>A Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do<br/>    Brasil</i> ..... | 65   |
| CONCLUSÃO.....   | 71   |
| DOCUMENTÁRIO ANTOLÓGICO .....  | 75   |
| NOTAS .....  | 88   |
| OBRAS CITADAS.....   | 92   |

## I / EM BUSCA DO MODELO

Quando empreendem a gramaticalização das línguas vulgares, os Gramáticos do Renascimento confrontam-se com dois princípios contraditórios e à primeira vista inconciliáveis: o princípio da *anomalía* e o da *analogía* que, desde a polémica antiga entre Alexandrinos e Pergamianos, dividira o pensamento linguístico.

Ora, seduzidos pela regularidade lógica e de proporção que o conceito de analogia implicava, começam por encontrar, na realidade linguística cuja análise empreendem, uma irregularidade que corresponde ao conceito de anomalia. Essa irregularidade, de certo modo, os surpreende e desconcerta.

Um conceito — recuperado também a partir da Antiguidade, designadamente da doutrina de Varrão e de Quintiliano — vem, de alguma maneira, legitimar essa anomalia: o conceito de *usus*.

Os humanistas de uma Idade já moderna, actores e espectadores, como em grande teatro, numa acção que envolve uma viragem epistemológica — a grande viragem do Renascimento —, extraem, como corolário da experiência, que, se haviam sido capazes de adaptar os

quadros analógicos do esquema gramatical latino às línguas vulgares, eles poderão, por processo análogo, aplicá-lo também às línguas exóticas, em criativo alargamento dum sugestão já por si audaciosa.

De facto, se a «letra» do preceito horaciano <sup>1</sup> permite a introdução de termos latinos na língua portuguesa, «usurpando vocábulos que ôs fez máis elegantes», o «espírito» do mesmo preceito leva agora mais longe, admitindo, como factores de transmutação, elementos de origem exógena que, tornando-se «tam naturáes na boca nos hómens», são absorvidos sem desfigurarem a harmonia interna do paradigma original e são assumidos, não como factor de perturbação mas de transmutação:

«E agora, da conquista da Ásia, tomámos *chatinar* por *mercadejar*; *beniaga* por *mercadoria*; *lascarim* por *homem de guerra*; *çumbaia* por *mesura* e *cortesia*, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca dos hómens que naquelas pártes andáram, como o seu próprio português» <sup>2</sup>.

Fenómeno histórico-social de que não só João de Barros tem consciência, mas todos ou quase todos os seus contracenadores. Fernão de Oliveira sintetiza: «O costume novo traz à terra novos vocábulos» <sup>3</sup>. E acrescenta:

«Tornemos a falar das dicções alheias, as quais também com algum trato vêm ter a nós, como de Guiné e das Índias (...)» <sup>4</sup>.

Ao percorrermos a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, com efeito, encontramos larga cópia de vocábulos estranhos ou «peregrinos», dos quais o discurso do autor se apropriou singularmente e dos quais nem sempre considera necessário dar o significado que, aliás, sempre o contexto clarifica.

É, portanto, o *uso*, que é também «vontade do povo» que, introduzindo e retirando vocábulos, se constitui como uma dinâmica criativa que, contrabalançada com a fixidez da *auctoritas*, determina o eixo dum verdadeiro discurso crítico: a *arte*, dependente da «aprovação dos que mais sabem»<sup>5</sup>, resultará «do modo certo e justo (...) colheito do *uso* e *autoridade* dos barões doutos»<sup>6</sup>. É ele, o *uso*, que vai produzir a «unidade de língua»<sup>7</sup>, «própria de nosso tempo e terra»<sup>8</sup>. Ele é a *certa lei, orelha, melodia, música, costume*, nunca imóvel mas sempre receptivo, entendido, não como um circuito fechado, mas como um espaço aberto de comunicação.

Não obstante, porém, a legitimação da anomalia pelo direito reconhecido do *uso* — que substitui ou concorre com a *auctoritas* até então quase onnipotente — não deixam os gramáticos de tentar, perseverantemente, imprimir regularidade nos quadros morfológicos já que, para eles, no fundo, a regularidade, a *analogia*, continuavam a ser a perfeição e a harmonia dos sistemas.

No caso da morfologia, que, por antonomásia é designada pelo próprio termo de *analogia*, eles conseguem, com mais ou menos artifício, construir quadros lógicos aplicando, por exemplo, a «grelha» das declinações latinas à flexão nominal das línguas modernas e a das conjugações, vozes e modos à flexão verbal, anotando, é certo, laboriosamente, os desvios e equivalências insurgentes da aplicação dessa «grelha». Com efeito, a preservação aparente do sistema morfo-semântico latino, que leva a reproduzir o paradigma das declinações latinas no tratamento dos *nomes* em português, erige-se como um modelo. Mais: modelo formal, capaz de cobrir realizações linguísticas variáveis segundo a substância e de enunciar propriedades.

No caso da sintaxe, porém, eles encontram-se — irremediavelmente — no domínio da anomalia, da desproporção e de irregularidade, o que não deixa de ser inquietante, na medida em que é para eles sinal de imperfeição.

Com certa ingenuidade, Fernão de Oliveira por assim dizer «desculpa» esse factor que a seus olhos e aos dos seus contemporâneos comprometia o prestígio da língua vulgar: «E nos casos dos nomes *às vezes* se trocam uns por outros; e nos verbos a mesma troca fazem os tempos e modos (...) enfim, posto que muitas *desproporções* ou dissemelhanças se cometam na nossa língua, não são tantas como em outras línguas (...)»<sup>9</sup>.

Quanto a João de Barros, nos vários subcapítulos em que divide o capítulo que intitula «Da Construção das pártes»<sup>10</sup>, isto é, *Sintaxe*, torna fluidas as regras que apresenta laboriosamente mas sempre salvaguardadas pela cláusula da variedade, da oscilação e da irregularidade: «uns... outros... outros»; «temos também alguns nomes...»; «Uns régem..., outros régem...»; «às vezes», etc.

Este gramático e os seus pares são, pois, levados a concluir que dificilmente se poderá impor uma regulamentação comum já que, afirma, «cada naçám tem a sua ordem e por nam serem universaes a todos, lhe podemos chamar acidentaes»<sup>11</sup>.

Note-se, aliás, que o discurso de João de Barros aponta para a colocação da questão dos *universais* que, de algum modo, dominara o pensamento lógico e linguístico durante a Idade Média. E, como processo para remediar a anomalia, para eles perturbadora, impeditiva da formulação de regras «universais», eis, portanto, como manobra formal, o sistema de enquadramento

morfossintáctico, através da constituição dos paradigmas da declinação e da flexão verbal latinas, bem como do análise das «partes do discurso» segundo a doutrina clássica, ainda que por vezes, nesse domínio, a reflexão sobre os dados do concreto tenha levado à introdução de novas divisões <sup>12</sup>.

Daí, segundo cremos, o equívoco em que caíram alguns dos que se debruçaram sobre a problemática da constituição dos quadros gramaticais das línguas modernas, ao considerarem os gramáticos do vulgar como «gramáticos do latim».

Trata-se, com efeito, a nosso ver, de um equívoco, na medida em que, de facto, o discurso gramatical quinhentista aponta, sim, para uma aguda percepção da «diferença»; a gramática latina funciona, simultaneamente, como modelo formal e factor de contrastividade.

É, portanto, essa formalização sintáctica que, uma vez ensaiada com êxito — o êxito possível — na gramaticalização das línguas vernaculares, vai ser assumida na construção ou «arquitectura» das gramáticas exóticas que surgem no momento exacto em que convergem os mundos achados — os «novos mundos» — com a velha Europa, herdeira dos quadros mentais do mundo clássico e mediterrânico, e, por definição, teimosamente mediterrânica e latina.

A operação mental que vai ser efectuada na gramaticalização das línguas exóticas <sup>13</sup> não é, pois, senão uma segunda «performance» em relação àquela que presidira, alguns anos antes — a uma curta distância cronológica, mas a uma enorme distância epistemológica — à construção da gramática das línguas vulgares. O modelo formal tinha sido (continuará a ser) o modelo clássico. Mais do que operação mental, diríamos aventura,

na medida em que ela envolveu hesitações, riscos e, sem dúvida, erros também. E, o que é mais, ao nível da própria consciência dos gramáticos, «arquitectores», segundo significativa expressão de João de Barros, do edifício gramatical da comunicação viva. Já o italiano Gelli, por exemplo, mais do que uma vez falara «sopra la difficultá dello ordinare detta lingua». A irregularidade, isto é, a anomalia (ou o que julgam sê-lo), que tinha sido um dos motivos que levava a considerar as línguas vulgares menos boas que o latim, encontrara um meio de ser liquidada mediante uma formalização que julgarão universalizante. Por isso se empenham, mercê do nascente e crescente orgulho nacional, a encontrar, a todo o custo, quadros regulares de cobertura.

Julgamos, pois, que, longe de representar um imobilismo mental ou a força repressiva duma autoridade indiscutível e indiscutida, esse empenhamento e essas tentativas representam, pelo contrário, uma abertura notável em direcção a um conceito novo, o conceito de *modelo universal*.

Com efeito, as gramáticas do tupi-guarani, de José de Anchieta, publicadas em Coimbra em 1595, a da língua malabar, de Henrique Henriques, em manuscrito deteriorado existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, ou a de João Rodrigues, da língua «japónica», publicada em Nagasaki em 1604, das quais nos ocuparemos adiante, retomam o paradigma latino das declinações casuais e da flexão verbal e a doutrina das partes do discurso, e aplicam esse paradigma e essa doutrina como uma «grelha» comum, capaz de delimitar taxonomicamente a respectiva substância linguístico-gramatical, gerar os mecanismos de produção linguística e, em suma, engendrar o modelo duma comunicação universal.

Num breve parêntese, convém notar quanto parece paradoxal que as tentativas de sistematização gramatical das línguas não indo-europeias tenham deixado cair completamente a respectiva tradição gramatical e que para as próprias línguas indostânicas se tenha posto de parte a milenária linguística hindu, para se tentar essa aventura imprevisível de seguir, para umas e outras, o modelo indo-europeu, clássico e latino. Notável ainda, noutra dimensão, esse audacioso empreendimento de verter para um sistema alfabético — o alfabeto latino — línguas não dotadas de escrita, o que é, sem dúvida, um elemento importante de uma situação nova: a escrita, ausente, não pode desempenhar o papel que é seu postulado, isto é, o de suporte da memória e da pedagogia à distância, no tempo e no espaço. Porque, evidentemente, os outros modos de comunicação denotam a experiência e não a linguagem, são contexto/vivência e não código/visão, constituem paradigma e não sintagma.

Ora, a aplicação do que chamamos a «grelha» gramatical (decalcada da sistemática das gramáticas clássicas) corresponde, com efeito, a uma *praxis* que a linguística moderna considera o grande equívoco. A tentativa de aplicar — por vezes não sem violência, é certo — às realidades imediatas da língua o sistema clássico, envolve, porém, em nosso entender, não só uma *praxis*, menos ainda, como por vezes foi afirmado, um mero expediente pedagógico-didático. Pelo contrário, corresponde a um conceito abstracto, a uma operação teórica para encontrar um modelo universal, válido e conveniente para «todalas linguágens da terra»<sup>14</sup>, capaz de dar cobertura a todos os mecanismos correspondentes à competência linguística de todos os sujeitos falantes.

Capaz, ainda, de conferir uma visão estrutural do mundo, equivalente a um máximo de consciência possível. Perante a descoberta duma estrutura comum, para esses homens, tudo se tornava simultaneamente natural e possível. E, embriagados pelo próprio feito da descoberta do mundo terrestre, por analogia ou paralogia, não viam as fronteiras limitativas das suas próprias possibilidades.

É essa, portanto, segundo cremos, a grande abertura, não só de espaços geográficos mas, e sobretudo, de espaços mentais. Não se trata, no fundo, do próprio facto da adopção *daquele* modelo (certamente, em alguns casos, inadequado) mas da tentativa ou ambição de encontrar *um* modelo que julgam ter encontrado, de facto, no modelo clássico.

É que, com efeito, a *lingua universalis* (o latim) está prestes a ceder em definitivo esse título e essa função.

Perdendo, pois, a *lingua universalis*, reencontrando uma nova Babel, ou seja, confrontando-se com uma realidade babélica, os homens procuram — e julgam ter encontrado — o código comum, ou melhor, a chave para a descodificação de «todalas linguágens da térra». Ora, o modelo linguístico universal é identificado com a formulação dos quadros gramaticais latinos. Chave para a desbabelização ou novo Pentecostes, intentam, no fundo, realizar um segundo milagre das línguas <sup>15</sup>.

Assim, os gramáticos começam por aplicar esses quadros, laboriosamente, à língua vulgar. Conhecemos os casos exemplares de Antonio de Nebrija (cuja *Gramática*, por significativa coincidência, é publicada no mesmo ano da descoberta da América por Cristóvão Colombo, em 1492) para o castelhano e de João de Barros para o português, equivocadamente considerados não mais do que gramáticos do latim. Mas, num salto qualitativo, não se

detêm aí: o *modelo universal*, conveniente a *todas* as línguas, e comprovada já essa conveniência mediante a gramaticalização das línguas vulgares, vai, de imediato, ser aplicado às línguas exóticas, não sem que, previamente, houvessem sido ensaiados outros métodos de aproximação, nomeadamente o método lexicográfico e aquele que não hesitaremos em classificar de método estrutural e que preside à construção das *Cartilhas* e *Diálogos para a aprendizagem da doutrina cristã*.

Álvaro Velho e Pigafetta, por exemplo, trazem consigo, nas listagens vocabulares colhidas durante o percurso das suas viagens, a matéria linguística, ainda amorfa, à qual os gramáticos irão, em breve espaço, aplicar um modelo formal que lhes era estranho, como «línguas peregrinas», mas que eles vêem como um meio de conjurar o «castigo divino» de Babel. Podemos, então, falar de anti-Babel.

O modelo universal acabava, assim, de provar a sua validade e rasgar o caminho para o encontro do modelo: não talvez filosófico, mas certamente pragmático, julgado capaz de cobrir uma realidade que era apreendida como uma realidade pluridimensional.

Quando Vicente Gomes de Moura, na sua *Notícia succinta dos Monumentos da Lingua Latina e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* (Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1823, p. 336 e seg., 399 e 424) aponta João de Barros como o criador da gramática comparada, lamentando que portugueses esqueçam portugueses e se empenhem em atribuir a outros o título e mercê de *primus inventor*, ele encontra-se, na verdade, na pista próxima daquilo que me parece ser um dos grandes passos do século XVI na aventura da «invenção do real»: a Gramática Universal, construída a partir dum *corpus*

recentemente achado. A invenção (no sentido de achamento) do Universo, criando uma problemática nova e, com ela, novas categorias mentais, pressupõe outra invenção: a *Gramática Universal*.

É esse conceito, supomos, que deve constituir a leitura profunda da surpreendente metáfora de João de Barros ao considerar o *nome* e o *verbo* os «reis» do jogo do xadrez, a que alude por quatro vezes ao longo do seu discurso gramatical. Trata-se efectivamente, mais do que duma metáfora, duma implícita teoria linguística que, ao que sabemos, é original de João de Barros. Logo no início da *Gramática*, fazendo parte da sua definição, diz:

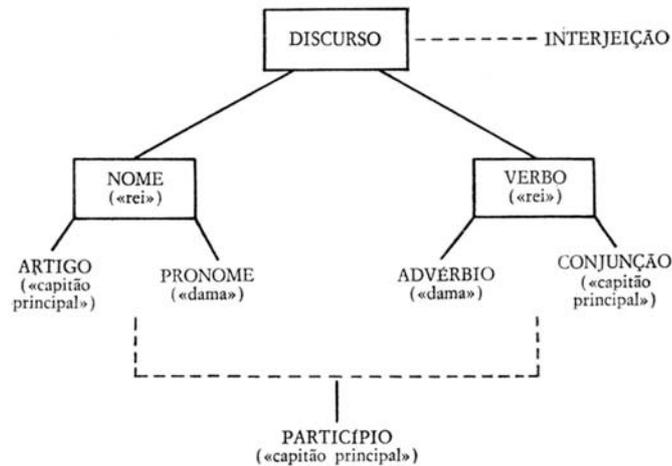
«E como pera o jogo de enxedrez se requerem dous reies, um de ãa cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leies do que cada ãa déve fazer (...) assi *todalas línquagens* tem dous reies, diferentes em género e concórdes em offiço: a um chamam Nome e ao outro Vérbo. Cada um destes reis tem sua dama: â do Nome chamam Pronome e â do Vérbo, Avérbio. Partição, Artigo, Conjuncám, Interjeicám, sam peças e capitães, principáes que debáixo de sua jurdiçám tem muita pionágem de dições, com que comunmente sérvem a estes dous poderósos reies, Nome e Vérbo.»<sup>16</sup>

A metáfora doutrinária, ou antes, a doutrina alegórica ou parabolicamente expressa, mantém-se presente no discurso metalinguístico do autor. E, ao introduzir o capítulo sobre os *pronomes*, lembra a atribuição de «dama» (ou *rainha*, na actual terminologia xadrezística) como peça conjunta do rei: «Pronome (diz ele) é ãa párt de óracám que se põe em lugár do próprio nome, e por isso dissémos que éra conjunta a ele per matrimónio.»<sup>17</sup> Insistindo no predomínio dessas duas categorias, diz ainda: «Como em o nome e vérbo está a força de toda a

linguagem, per o real poderio que ambos nela tem.»<sup>18</sup> E, finalmente, numa quarta alusão, diz, a propósito do verbo: «Como o rei, per razão de alteza de seu ofício, se póde chamár cási divino (passamos a implícita chamada a uma doutrina política) em comparaçám do seu povo (...), assi estes nóssos dous reies — nome e vérbo — (...) góvernam e régem todalas linguágens de T'erra.»<sup>19</sup>

As restantes partes do discurso são a *peonagem* que se organiza em volta de cada *rei*. Podemos ver nesta curiosa alegoria mais do que a sugestão saussuriana de «sistema», a organização da estrutura chomskiana? Porque não, já que, efectivamente, o *n(ome)* «rege» ou «governa» um certo número de classes de palavras e o *v(erbo)* outras? E são eles, de facto, os elementos do discurso capazes de *gerar* uma estrutura sintáctica? Assim, o *discurso* organiza-se bipolarmente entre *nome* e *verbo*, cada um deles constituindo o seu próprio campo.

Eis, em esquema, a proposta de estrutura, segundo João de Barros:



Acima, pois, das «peças e capitães principaes que debaixo de sua jurdiçam tem muita pionagem de dições» imperam os «dous poderosos reies, Nome e Verbo». As consequências, para a moderna reflexão linguística, da instauração deste estatuto bipolar parecem enormes. E não deixaremos de notar, com efeito, quanto essa «rede» de relações orbitais em torno do *nome* e do *verbo* se aproxima da doutrina de Port-Royal naquilo que, no fundo, ela tem de clássico e de aristotélico e, também, de moderno e chomskiano.

O modelo seria, assim, uma das vias capazes de restaurar a situação anterior àquela que uma Babel punitiva desencadeara, engendrando por «desvairadas línguas»<sup>20</sup> a impossibilidade de diálogo. E a essa incomunicabilidade, os homens do Renascimento haviam-se tornado — por condição do tempo — particularmente sensíveis, ao defrontarem-se, presencialmente, com um feito que constitui o mistério mobilizador da reflexão conjunta de sociólogos, antropólogos e linguistas: a diversidade multiplicada das línguas. Como observa George Steiner, «languages have been, throughout human history, zones of silence to other men, and razor-edges of division»<sup>21</sup>. Confrontados, no século XVI, pela primeira vez, com essas «zonas de silêncio», que sentem claramente como limitativas da aspiração ecuménica da era moderna, os gramáticos reagem de dois modos. Procuram a solução através de dois *media*, que, contraditórios à partida, se tornam complementares: o teológico e o técnico. O primeiro constitui-se através duma leitura nova e duma nova exegese, como um projecto de entendimento supra-linguístico, instaurando uma anti-Babel. O segundo *medium*, que consideraremos técnico, consiste na

aplicação instaurativa, ainda que por vezes equívoca, do modelo gramatical clássico, tornando a língua num projecto auto-referencial e instituindo-se como uma meta-estrutura.

## II / BABEL E A EXPLOSÃO DO REAL

O encontro duma multiplicidade de línguas totalmente desconhecidas e indecifráveis, algumas suportadas por sistemas de escrita, outras limitadas a uma fugidia oralidade, põe os homens do século XVI perante a «prova» vivencial da ruptura linguística original. Parece, portanto, significativa a atracção que a vários níveis (e até na representação plástica) exerceu, nesta época de espaços abertos, o mito de Babel. Confrontando-se com uma nova Babel, os homens vão tentar exorcizá-la e procurar na instauração de modos de comunicação uma forma de exorcismo.

O trifarismo clássico, que funcionara como meta e ao mesmo tempo marca da plenitude da *Humanitas*, está prestes a pulverizar-se. Com efeito, o humanista tivera como meta cultural o estatuto do *homo trilinguis*, possuidor de linguagem trifária — e esta identificava-se com o latim, o grego e o hebraico, as três «línguas da missa», segundo pitoresca mas significativa expressão de João de Barros.

Mas, em breve, mediante um salto qualitativo, essa tríade é, senão substituída, pelo menos confrontada

competitivamente com uma nova tríade, a tríade românica:

«... Como vemos em muitos vocábulos gregos, hebraicos e latinos, que foram as três linguagens a que podemos chamar princesas do mundo (...). Estas, porque perderam já a vez do uso, deixá-las-emos por outras três (...). Uma destas é a italiana, outra a francesa, e outra a espanhola.»<sup>22</sup>

Assim, parece que o pensamento humanístico, preso por definição ao modelo da linguagem trifária, sugere a descoberta de novos mecanismos triádicos, que permitam a preservação da harmonia do sistema. A «sedução» da tríade invade o pensamento clássico, a partir do pensamento medieval, e participa ou suporta todos os sistemas taxinómicos, desde os géneros literários até aos conceitos teológicos.

Mas o facto é que parece que a obsessão trinitária, que atingira o seu ápice e procurara cobrir a totalidade das áreas conceptuais, em breve se vai mostrar insuficiente perante o Real desdobrado na até então insuspeitada infinidade de realizações. É o Real que, definitivamente inclassificável, vai recusar, para sempre, os esquemas trinitários, representações duma harmonia abstractizante e perfeita.

É esse Real encontrado e bruscamente submetido a uma necessária, ainda que inquietante hermenêutica, que vai ser a motivação produtora dum tipo de reflexão linguística que resvala do problema logicamente primordial da origem da linguagem para o da diversidade das línguas. A tradição dos textos sagrados, desta vez audaciosamente submetidos a uma tensão entre razão e dogma, está presente no tópico da Torre de Babel que a própria vivência vem, infalivelmente, enfatizar<sup>23</sup>.

Para os humanistas, o problema é claro, mas perturbante: como enquadrar a *letra* do mito com a *razão*, como «havemos de negar ao intendmento a especulação da verdade?»<sup>24</sup> Para João de Barros, pois, os setenta e dois povos que participavam na edificação de Babel, sendo descendentes de Adão «segundo a carne», «teriam herdado também a linguagem».

Em todo o seu discurso estabelece-se um jogo conceptual que se exprime pelas palavras *voz* (*significante*) *dicção*, *vocábulo* (*significado*). Aponta, pois, para uma ruptura e para a destruição da unidade do signo. Em consequência, aponta também para uma alteração da relação necessária entre o significado e o significante: *significantes finitos* para *significados* potencialmente *infinitos*. Desdobramento sem limites de uma mesma língua original, fragmentada, pulverizada na infinidade de línguas de uma infinidade de nações.

Com efeito, na sua explicação semi-racionalizante, reticente em relação ao «dogma» da palavra bíblica, ele afirma que *não podiam* ter-se criado setenta e um vocábulos novos para cada conceito: apenas se quebrara o elo misterioso entre o signo e o referente, através da desintegração do significado e do significante. Haviam-se criado, sim, setenta e um códigos diferentes do código original, a partir da disseminação deste: «a linguagem de Adam hoje está no mundo; em esta naçam dez vocábulos, nest'outra vinte, e assi está repartida»<sup>25</sup>:

«[Pai]... de crer é que, ao tempo da edificação de Babilónia, em que a linguagem era toda ãa, haveria muitas cousas inventadas pera o uso daquele edificio, e doutras necessidades, às quais puseram eles nome, e às naturais pôs Adão.

[Filho] — Das setenta e duas linguagens em que dizem toda aquela gente se repartir pelo pecado daquele edificio, a que povo ficou a que Adão falava?

[Pai] — ... o que o espírito nos ensina, parece que ficou a todos aqueles setenta e dois povos, porque razoado e de crer é que, como todos eram filhos de Adão segundo a carne, que herdassem a linguagem. Mas foi desta maneira: herdaram as vozes e o seu pecado lhes trocou os significados. [...] E assim ficaram *todos* com *toda* a linguagem em vocábulos e com parte dos significados próprios. [...] E estas eram as desvairadas línguas de que eles se espantavam [...]

Ora, a sua explicação para o fenómeno da panglossia é inverso mas simétrico, porque apresentado como uma situação compensatória à que Babel desencadeara: os apóstolos e discípulos não passaram, diz, a falar a língua dos ouvintes mas, continuando a falar a sua própria língua, esta passou a funcionar como um código «panlinguístico», comum a falantes e a ouvintes, instrumento poderoso da comunicação pedagógica: posição, sem dúvida, parcialmente desmitologizante.

O audacioso relacionamento antitético de duas estruturas (Babel e Pentecostes), simultaneamente complementares e neutralizantes, aparece, que saibamos, fora do discurso teológico-filosófico, somente no discurso linguístico de João de Barros, no seu *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*. Segundo ele, se a língua original e divina, em que o nome teria correspondido por necessidade à própria essência do objecto, se perdera em Babel, a ruptura operada será restaurada pela vinda salvífica do Paráclito e a iluminante descida das *línguas* de fogo (*Act. 2, 1-13*: «*Spiritus Sacti adventus super discipulos congregatos*»).

O fenómeno da glossolália ou panglossia, carisma dado pelo Espírito (*pneuma*), não como carisma profético, mas como testemunho da presença do Espírito, é referido várias vezes ao longo do *Novo Testamento* mas culmina no episódio da ceia do primeiro Pentecostes após a morte de Cristo quando, reunidos, apóstolos e discípulos recebem o dom das línguas. Conhecido como o «milagre das línguas», o acontecimento é submetido pela exegese cristã a várias ordens de interpretações. Segundo alguns exegetas antigos, os apóstolos teriam recebido de modo permanente o conhecimento das línguas para poderem anunciar o Evangelho a todos os povos. Outros críticos modernos, porém, vêem o fenómeno como puramente auditivo: os apóstolos e os discípulos teriam falado *uma* só língua, mas teriam sido entendidos por *cada* ouvinte. Outros pensam que a narração dos *Acta* constitui uma narrativa de carácter simbólico, cuja formulação deriva da fusão amalgamada de vários episódios bíblicos, distinguindo a glossolália do «milagre das línguas». Outros ainda, interpretam o fenómeno como uma situação de inteligibilidade mútua, segundo a qual os discípulos, cuja língua era o aramaico, língua veicular dos Galileus, eram entendidos pelos ouvintes «estrangeiros». O próprio facto de o texto associar, em continuidade, a diversificação das línguas em Babel e a sua reunificação no Pentecostes, parece-nos significativo.

Escreve João de Barros:

#### EM BABEL

(...) quando Deos, naquêla soberba óbra, confundiu a linguágem, nam foi inventárem-se em um instante setenta e um

#### NO PENTECOSTES

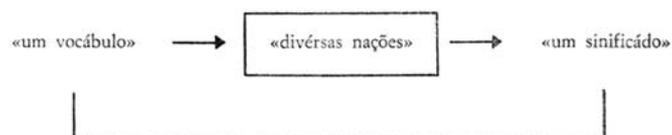
«E a este módo trastrocou Deos o intendimento de tantas nações (...) no dia de Pentecoste, que, em um vocábulo

vocábulos diferentes em vóz que todos sinificássem ésta cousa, *pédra*: mas confundiu o intendmento a todos pera por este nome, *bómem*, uns entenderem *pédra*, outros as diferentes cousas (...).

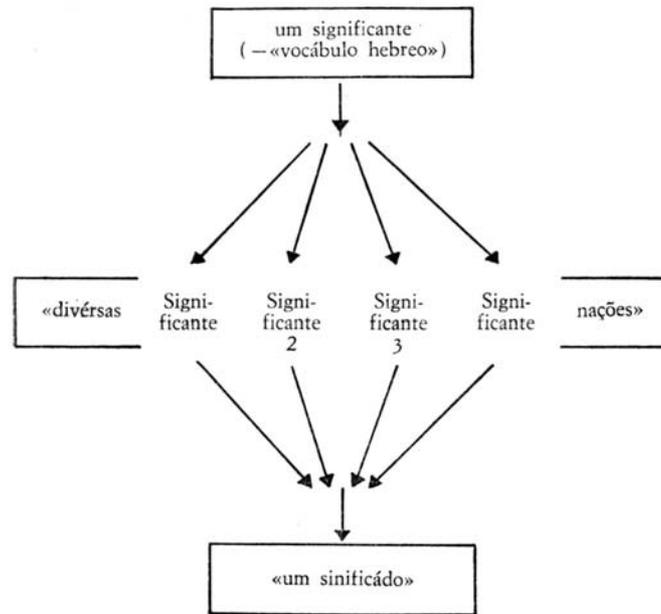
hebreo, que éra sua natural linguágem, os ouvintes de divérsas nações entendessem um sinificádo».

Os termos *confundir* e *trocar* parecem, à primeira vista, definir situações idênticas. Idênticas, ou antes, simétricas porque contrastantes. *Confundir* (duas vezes empregado na descrição do acontecimento de Babel) aponta, efectivamente, para uma situação de ruptura ou desagregação, enquanto *trocar* aponta, ao contrário, para uma permuta ou câmbio de situações, capazes de neutralizar essa ruptura e essa desagregação. *Confundir* e *trocar*, respectivamente portadores duma conotação negativa e positiva, não são, pois, situações idênticas mas, antes, contrastantes.

Assim, em Babel, *um* só significante estaria em correlação com uma *multiplicidade* virtualmente infinita de significados. No Pentecostes, pelo contrário, *um* significante apontaria para *um* significado passando pelo «multi-filtro», o intermédio potencial, das «divérsas nações». O texto de João de Barros é, de facto, simultaneamente ambíguo e transparente:



Desse modo, o processo de restituição da «língua natural» passaria pelo intermédio potencial duma «tradução»:



Desse modo, o processo da restituição da eficácia da comunicação passaria pelo intermédio duma *tradução* e esta pelo intermédio da aprendizagem e do ensinamento.

Parece-nos, pois, que o texto contém uma proposta. E essa proposta insere-se, necessariamente, no projecto etnocêntrico que preside à constituição da gramática e do seu desdobramento operatório que leva à organização dos diferentes dispositivos de aprendizagem das línguas desconhecidas, que subitamente irrompem no quadro da comunicação possível ou impossível.

É esse real «explosivo» e em plena expansão que definitivamente vai abolir das categorias mentais do

homem europeu o esquema limitativo da tríade: e é assim que o colapso do triadismo linguístico postula, justifica e legaliza a *panglossia* como *uma* ou *a* grande aventura do homem moderno.

### III / TESTEMUNHAR E COMPARAR

O que chamamos substância amorfa, isto é, o vocabulário assistematicamente recolhido e a fraseologia empiricamente apreendida, fazem parte do testemunho presencial de navegadores, comerciantes e aventureiros. Deriva, evidentemente, dum pragmatismo que envolve a imediatez de interesses de vária natureza e, também, das necessidades básicas de esquemas de sobrevivência. Mas esse testemunho desperta, irrevogavelmente, uma consciência relativista e a constatação da «diferença» ou, por outras palavras, do confronto com o Outro. Consciência que se traduz na oposição identidade/alteridade, a qual vai, por um lado, funcionar como estímulo para a aprendizagem do desconhecido mediante os dados conhecidos, e, por outro lado, vai ampliar o que poderemos chamar a tipologia das visões do mundo. Fernão Mendes Pinto, em cuja obra interferem os dados da experiência e os modelos duma hermenêutica específica na decifração da «nova humanidade», reproduz, não se sabe com que exactidão, a partir da memória auditiva, estruturas fraseológicas a que o contexto dá significado:

«A este lugar chegámos já quase à véspera e nos fomos pôr à sombra de uma árvore, que estava um pedaço afastada dele, e onde achámos três moços com gado, os quaes em nos vendo fugiram a grande pressa, bradando: — *Ladrões, ladrões!* A que os moradores logo acudiram com muitas bestas e lanças, bradando a grandes vozes: — *Nauacaranguee, nauacaranguee!*, que quer dizer: — *Prende ladrões, prende ladrões!* Correndo após nós que já então lhes íamos fugindo, nos perseguiram...»<sup>26</sup>

Registro dum testemunho, já a um passo da aventura duma aprendizagem que, começando pela imediatez do empirismo, em breve se vai instaurar como um discurso didáctico. No cap. CLXVII, a caminho de Pegú, Fernão e os seus companheiros assistem a uma cerimónia fúnebre, cujos rituais se constituem, uma vez mais num verdadeiro código de componentes extra-linguísticas («quinhentos meninos nus cingidos pelas cintas e pelos pescoços com cadeias de ferro», «postos todos de joelhos diante do cadafalso», etc.) e linguísticas, através de ladainhas e discursos, cujo estilo «oriental» o narrador perfeitamente reproduz: «... e, chorando com muito sofrimento, disse um deles como que falava c’o morto: — Se as nuvens de Céu foram capazes de explicar esta dor aos brutos do campo, eles deixaram o seu posto por nos ajudarem a chorar a tua falta e grande desamparo em que todos ficámos, ou te rogaram, Senhor, que nos embarcaras contigo nessa casa da morte, em que todos te vemos sem nos tu veres (...). Mas, porque em ti se console este povo, antes que a cova nos esconda o teu corpo, mostra, Senhor, por figuras da terra a que tal alegria e o contentamento suave do teu descanso, para que se espertem todos de sono pesado em que o fusco, da carne os tem ocupados, e a nós miseráveis nos incitem a te

imitarmos, e seguirmos tuas pisadas, porque, no fim derradeiro do nosso bocejo, te sejamos alegre na casa do Sol. A que todo o povo, com ãa espantosa grita, respondeu: — *Midai talambá!* que quer dizer: “Isso nos concede, Senhor”».

Trata-se, pois, de testemunhar, isto é, registrar, a partir de dados presenciais, o material ou a substância capaz de desencadear a reflexão e, ao que julgamos, a tentativa da formalização.

No discurso narrativo de Fernão Mendes Pinto, os vocábulos exóticos inserem-se de modo natural, sem necessidade de se tornarem objecto de qualquer anotação explicativa, como que perfeitamente integrados no sistema lexical português e, portanto «naturaes na boca dos homens»:

— ... nos pediu satisfazendo os três *necodás* (i. e. capitães) senhorios dos juncos (...) lhes largassem livremente as suas embarcações...»

— «... e no mais havia segurança para todos, com liberdade e franquiar por todo aquele mês de Setembro, conforme ao estatuto do rei do Sião, por ser o mês das *çumbaías* dos reis (i.e., cumprimentos, cerimónias);

— «...lhe disse ele que era do reino de Sião, do bairro dos estrangeiros de Tansuçarim, e que ia de *veniaga*, como mercador que era (...).»

É este material linguístico constituído por «dicções alheias» (segundo expressão de Fernão de Oliveira), «as quais também com algum trato vêm ter a nós como de Guiné e da Índia», que, finalmente, irá desencadear as reflexões e as acções capazes de criar os instrumentos necessários à comunicação translinguística e transcontinental.

Por outro lado, os relatórios escritos e orais a que João de Barros, por exemplo, tem acesso como Feitor da Casa da Índia é outro acervo de material que, em breve, vai ser submetido a várias formas de tratamento. Em primeiro lugar, suscita uma reflexão que, em definitivo, instaura uma componente comparatista na reflexão linguística.

Tomaremos, como documento, o discurso de João de Barros ao longo das *Décadas*, por exemplo.

Uma leitura atenta dessa vasta obra revela-nos, com efeito, para além do Historiador, cuja dimensão não nos cabe, neste momento, avaliar, o humanista e o protolinguista. Mais: o hermeneuta. Descobrir deixa de ser uma acção *intransitiva*, isto é, um mero registo, tomada como tal e em si mesma. Passa a ser acção *transitiva* que toma, como objecto de interpretação e descodificação, o Outro.

De facto, o discurso histórico do autor das *Décadas* é muitas vezes entrecortado por excursos sociológicos e antropológicos e, com destaque no caso presente, gramaticais e linguísticos. Para lá de Historiador, ele revela-se como um *cripto-gramático*, que esboça, de maneira audaciosa, o que poderíamos chamar uma *gramática comparativa nascente*, não hesitando mesmo em utilizar conceitos e terminologia especificamente gramaticais: «Segundo a gerál opinião daqueles que sabiam os princípios deste sabaia, ele era natural da Pérsia, de ãa cidade per nome *Sabá* ou *Savá*, porque per um modo e per outro nomeiam os párseos os quais, quando formam nomes patronímicos, dizem, de *Sabá*, *Sabai*, de *Fars*, pola Pérsia, *farsí*, e de *Armen*, por *Arménia*, *Armeni* e per este modo formam todolos outros.»<sup>27</sup>

Reflexões deste tipo documentam-se sempre que é caso de estabelecer relações entre fenómenos paralelos

em sistemas linguísticos diferentes. Vejamos, em confirmação, mais alguns casos significativos: «Foi ter a ãa ilha chamada *Pulo Condor*. *Pulo*, em língua malaia, quer dizer ilha. *Condor* é próprio nome; daqui se pode entender quando nesta história falarmos por este nome *pulo* que não é próprio (nome) mas comum.»<sup>28</sup>

E ainda: «na qual (ilha) também há outra garganta de fogo, como a de Ternate, em as Ilhas de Maluco, e por esta razão lhe deram o nome que tem, porque *Gumo* quer dizer aquele fogo e *Ape* he o próprio nome da Ilha».<sup>29</sup>

E ainda: «O outro (conselheiro do rei de Malaca) havia nome *Lacsamava*, que era Capitão geral do mar, ao modo que acerca de nós he o *Almirante*, officio trazido a nós de uso dos Arábios, se havemos de dar crédito à etymologia do vocábulo...»<sup>30</sup>.

E ainda: «E porque esta syllaba *Chi* não corre muito na boca dos Arábios e Párseos, e he-lhe mais corrente na sua língua estoutra *Ci*, por terem duas letras no seu alfabeto que querem imitar a ella na prolação, as quaes são *Cim* e *Xim*, mudando *Chi* em *Ci*, chamaram à Ilha de Ceilão (ou por falar mais conforme a eles) *Cilan*, e nós lhe chamamos Ceilão.»<sup>31</sup>

Mas, para além desta abordagem já interpretativa, é certo, mas de algum modo fortuita, encontramos, finalmente, perante a tentativa de desbabelização, mediante a aplicação do *modelo universal*, ou antes, tido como tal, isto é, o modelo gramatical clássico.

O fundamental, porém, da sua reflexão sobre as línguas exóticas, consiste no reconhecimento da legitimidade da aquisição de vocábulos que entram na língua portuguesa através da actividade viajeira e comercial e se tomam «naturaes na boca dos homens». Essa reflexão reforça, aliás, as afinidades que os

humanistas portugueses se empenharam em demonstrar entre a Roma antiga e o Portugal moderno. Diz ainda João de Barros na *Gramática*, a propósito da figura *Barbarismo*: «[...] bem como os Gregos e Roma haviam por bárbaras todas as outras nações estranhas a eles [...], assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa.»

O menosprezo que parece implícito nesta definição não é, porém, senão um registo comparatista, e está claramente em oposição com essa outra afirmação do *Diálogo em louvor da nossa Língua*: «[...] não há a glória que se possa comparar a quando os mininos etíopes, persianos, índios, d'aquém e d'além do Gange, em suas próprias terras, na força de seus templos e pagódes [...] aprendem a nossa linguagem.»

Torna-se, pois, evidente que João de Barros considera a transmissão da língua como o sinal de uma interacção, ao modo por que os Romanos o haviam feito, e encara, como uma corrente dupla, a interferência das línguas estranhas na constituição da língua portuguesa, ao mesmo tempo que ela se insere nas áreas culturais recém-encontradas.

Assim, com singular abertura de espírito e afastado de conceitos puristas de imobilização linguística, ele considera que a alteração do português pela via de grande vivência oriental é enriquecedora. Para ele, essas línguas são superstratos, ao mesmo nível e com a mesma legitimidade que as outras que, consagradamente, constituíam o fundo mais importante do vocabulário português: «Temos, afirma, vocábulos latinos, arábigos e outros de diversas nações que conquistámos e com quem tivemos comércio, assi como eles têm outros de nós.»

Note-se até que, em certos casos, o gramático dá preferência ou, pelo menos, reconhece a preferência que os utentes dão aos exotismos: «animal a que os gregos chamam *rinocero* e nós *ganda*, como os índios lhe chamam»<sup>31</sup>.

Os dois protagonistas deste capítulo, Fernão Mendes Pinto e João de Barros, constituem, pois, assim cremos, dois dos mais notáveis representantes de dois posicionamentos complementares e de algum modo, sequenciais: *testemunhar* e *comparar*.

Fernão Mendes Pinto representa, com efeito, essa atitude expectante, receptiva, caracterizada pela capacidade de observação, de registo e de captação de imagens — e, como ele, todos os seus pares, anónimos autores duma *peregrinação* vivencial. João de Barros, por seu lado, representa a actividade reflexiva, que, em suma, engendra a aventura mental de *comparar*, trabalhando sobre identidades e alteridades, em busca da definição do Outro e dos instrumentos de convivência.

#### IV / COMUNICAR: DO «GRAU ZERO» À PRÁTICA PEDAGÓGICA

Antes, porém, de ousarem aplicar a «grelha» de sistematização gramatical, vejamos quais os passos prévios de ensaio e tentativa para a instauração da comunicação. Comunicação que não deixava, mil vezes, de apresentar um carácter de improvisação, como não deixava, também, de assumir o alcance do rito.

Esse primeiro passo é, certamente, a tentativa de comunicação através de meios expressivos não linguísticos. Mais precisamente: a comunicação gestual e a montagem de cenários espectaculares. Recolhemos, entre os mais significativos depoimentos dessa primeira tentativa para ultrapassar a barreira da incomunicabilidade a *Carta* de Pêro Vaz de Caminha, escrita em 1 de Maio de 1500:

«O capitão, quando eles vieram, estava assentado em ã cadeira, e ã alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço (...).

Acenderam tochas e entraram e não fizeram nenhã menção de cortesia, nem de falar ao capitão nem a ninguém. Pero um deles pôs olho no colar do capitão e começou de acenar com a mão para terra e depois para o

colar, como que nos dizia que havia ouro em terra; e também viu um castiçal de prata e assi mesmo acenava para a terra, como que havia também prata. Mostraram-lhe um papagaio...; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como que os havia i. Mostraram-lhes ãa galinha; case haviam medo dela e não lhe queriam poer a mão. E depois a tomaram como espantados. [...] Viu então um deles ãas contas de rosairo brancas; acenou que lhas dessem e folgou muito com elas (...); e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo (...).»<sup>32</sup>

Segue-se um saboroso «diálogo» gestual através do qual os dois grupos se comunicam, superando a «diferença».

Neste texto de excepcionais implicações hermenêuticas, encontramos, com efeito, as componentes de *premeditação*, *improvisação* e *ritual* que caracterizam estes primeiros encontros. A *premeditação*, isto é, o planeamento a-priorístico está presente na *mostra* do ouro, da prata, de alguns animais domésticos e, principalmente, do papagaio. Tratava-se de objectos-teste destinados a compulsar identidades e referentes entre as populações contactadas. Mas a *improvisação* revela-se nas reacções e contra-reacções perante os objectos não preparados para o encontro: o colar do capitão, as contas brancas do rosário. A parte *ritual* é claramente denotada no aparato da recepção: a atitude majestosa do capitão, muito bem vestido, numa cadeira e uma alcatifa aos pés, rodeado dos seus homens e tochas acesas, releva de um comportamento semiótico altamente significativo. Releva também do valor simbólico das acções espectaculares, que aos olhos (aos nossos olhos) de uma civilização caracterizadamente consumista, utilitária e des-

sacralizada, pouco poderia dizer. Trata-se, indubitavelmente, da instauração de um tipo de comunicação não unívoco, o qual podemos encontrar, com igual carga significativa, por exemplo, na função «simbólica» (não única ou puramente intimidatória ou punitiva) das armas. Seleccionando de entre os muitos exemplos possíveis, temos um notável testemunho dessa situação, em que se torna evidente que o contexto pode dar a elementos semelhantes uma significação diferente ou oposta: isto é, o mesmo significante pode ter significados diversos:

A. *Função simbólica:*

.....  
«Enchem-se os peitos todos de alegria,  
Por terem o remédio verdadeiro  
Pera acharem a terra que buscavam;  
E assi edos a noite festejavam

Não faltam ali os raios de artefício,  
Os trémulos cometas imitando;  
Fazem os bombardeiros seu ofício,  
O céu, a terra e as ondas atroando.  
Mostra-se dos Cíclopas o exercício,  
Nas bombas que de fogo estão queimando;  
Outros, com vozes com que o céu feriam,  
Instrumentos altíssonos tangiam.

Respondem-lhe da terra juntamente,  
C'o raio volteando, com zunido;  
Anda em giros no ar a roda ardente,  
Estoura o pó sulfúreo escondido.  
A grita se levanta ao céu, da gente;  
O mar se via em fogos acendido  
E não menos a terra; e assi festeja  
Um ao outro, à maneira de peleja»<sup>33</sup>.

B. *Função intimidatória e punitiva:*

«Eis nos batéis e fogo se levanta  
Na furiosa e dura artilharia,  
A plúmbea péla mata, o brado espanta,  
Ferido, o ar retumba e assobia.  
O coração dos Mouros se quebranta,  
O temor grande o sangue lhe resfria.  
Já foge o escondido, de medroso,  
E morre o descoberto aventureiro»<sup>34</sup>.

Entre outros dos numerosos lugares da literatura histórico-documental do século XVI, reteremos mais um exemplo cujos vários registos parecem significativos:

«E estando nós contudo debatendo sobre entrar ou não neste rio, houvemento vista de uma grande vela, que de mar em fora vinha demandar o porto: e alvoroçados nós para a recebermos, com todas as coisas necessárias a nosso ofício e bom propósito, a esperámos assim surtos naquele lugar onde estávamos e prolongando ela por junto de nós, a salvámos à Charachina (como naquelas partes dizem) com nossa bandeira de veniaga, *que são as mostras e sinais de amizade*, que entre esta gente se costumam fazer em semelhantes tempos.

Os da nau, *em vez de nos responderem* pelo mesmo modo, como estava em razão (...), nos mostraram de cima do chapitéu, falando com pouca cortesia, o trazeiro de um cafre, e sobre isso, com muitos tangeres de trombetas e tambores e sinos, deram uma grande grita e apurada a modo de desprezo e escárneo (...), de que António de Faria se mostrou assaz afrontado.

E mandando-lhe tirar com um berço, para ver se falavam mais a propósito, *lhe responderam* com cinco pelouros...»<sup>35</sup>

Encontramos, neste relato, uma tentativa (frustrada) de comunicação amigável que se desenrola em três momentos e denota três modalidades psicológicas: o «bom propósito»; a «pouca cortesia», «desprezo e escárneo»; a «afronta».

A comunicação é sentida pelo relator verdadeiramente como um diálogo, utilizando os termos *salvar*, isto é, saudar, *falar* e *responder*. Trata-se de um tipo de comunicação que, não sendo já puramente gestual, é, sem dúvida, assente em *sinais*, isto é, caracterizadamente baseada num comportamento semiótico.

O primeiro momento que estabelece a comunicação denota uma tentativa para ultrapassar a «diferença», assumindo um dos grupos (neste caso o dos portugueses) um modo de comunicação inserido no código do grupo em confronto e apropriando-se dele: «a salvámos à Charachina (como naquelas partes dizem)». Mas, num segundo momento, a resposta insere-se numa sinalética não já própria do código de cada um dos grupos mas que pode considerar-se «código comum»: «nos mostraram... o trazeiro de um cafre».

Finalmente, no terceiro momento, deparamos com a utilização punitiva mas também com função semiótica das armas: «mandando-lhe tirar com um berço (...) lhe responderam com cinco pelouros».

É também significativo observar, para cada um dos momentos descritos, correspondentes a três situações psicológicas, os suportes materiais que permitiram o contacto: a *bandeira de veniaga*, o *trazeiro do cafre*, *pelouros*.

Eis ainda outro significativo exemplo:

«Este junco (...) parecendo-lhe que éramos outra gente, e pondo-se em som de abalroar (...) nos fez uma

salva de quinze peças de artilharia, com que todos ficámos muito embaraçados (...). E indo assim (...) quis Nosso Senhor que lhe enxergámos na quadra uma grande bandeira da cruz, e no chapitéu muita gente com barretes vermelhos, que os nossos naquele tempo costumavam muito de trazer (...) pelo que assentámos que eram portugueses (...) e dando-lhe nós também sinal de nós, para ver se nos conheciam (...), amainando ambos os traquetes de romania em sinal de obediência, despediram logo um balão muito equipado com dois portugueses (...) e, depois de fazerem sua salva, a que nós também respondemos, subiram acima.»<sup>36</sup>

Trata-se, neste caso, dum contacto difícil e complexo, assente numa multiplicidade de suportes sinaléticos, os quais permitiram, finalmente, o entendimento e o reconhecimento: as quinze peças de artilharia, a bandeira da cruz, os barretes vermelhos, a recolha dos traquetes e um sinal ambíguo, que não podemos claramente identificar: «e dando-lhe nós também sinal de nós».

A experiência duma linguagem «universal» não articulada e natural (como uma arqui-língua) é, entre outros lugares, referida também por João de Barros, a propósito da célebre aventura de Fernão Veloso, na Baía de Santa Helena: «...e ele (...) não acudia aos acenos que a natureza fez comũs a todos os homens (...)»<sup>37</sup>. Esse frente a frente dos portugueses e dos falantes duma língua ininteligível faz também parte, entre outros lugares, da micro-narrativa camoniana do mesmo episódio:

«Eis, de meus companheiros rodeado.  
Vejo um estranho vir, de pele preta,  
Que tomaram por força enquanto apanha  
De mel os doces favos na montanha

.....  
Nem ele entende a nós, nem nós a ele.  
Começo-lhe a mostrar da rica pele  
De Colcos o gentil metal supremo,  
A prata fina, a quente especiaria;  
.....

Mando mostrar-lhe peças mais somenas:  
Contas de cristalino transparente,  
Alguns soantes cascáveis pequenos,  
Um barrete vermelho, cor contente;  
*Vi logo, por sinais e por acenos,  
Que com isto se alegra grandemente.»*<sup>38</sup>

Trata-se, nas situações referidas, efectivamente, do que poderemos chamar o «grau zero» da comunicação.

Um passo já linguístico, porém, é constituído pela recolha da matéria informe, substância linguística amorfa, passível de organização, consistindo nas listas vocabulares e, por vezes, fraseológicas que fazem parte de relatos de viagem, ou, mais tarde, de recolhas mais amplas resultantes de estadias temporárias mais prolongadas. Que saibamos, não foram ainda exploradas as estruturas semânticas e associativas subjacentes a essa aproximação lexicográfica. Contudo, numa breve análise classificativa, parecem distinguir-se já, pelo menos nos casos considerados como amostragem neste estudo, alguns campos de significação rudimentarmente representados, segundo critérios distributivos.

Com efeito, nesses léxicos rudimentares, à primeira vista caóticos e ocasionais, em que nem sequer foi observada a ordenação alfabética, já utilizada, por exemplo, na Idade Média em certos glossários alcobacenses, parece, no entanto, poder identificar-se

uma grade distributiva, a nível semântico, correspondente ao que podemos considerar campos de interesse.

Da *Relação de Pigafetta*, que tomámos como um dos textos analisados, fazem parte vários vocabulários, nomeadamente o dos «Gigantes da Patagónia» e dos «povos gentios da região das Molucas». Aí, ao que chamaremos «estruturas de sobrevivência», desencadeando o contacto — como fórmulas de saudação, alimentos, vestuário, ordens ou imperativos imediatos do tipo «traz-me aquilo», «vem cá», «senta-te», etc. —, seguem-se, numa hierarquia que pudemos estabelecer pela frequência e coincidência entre os casos analisados, as designações que apontam para o estatuto social: o *chefe*, o *rei*, o *grande general*, o *nobre*, o *homem-bom*, etc. Em seguida vêm, com insistência e uma certa sistematização, *as partes do corpo humano* e *as idades do homem*. As partes do corpo apresentam-se segundo uma ordem de cima para baixo, isto é, começam pelas designações dos *olhos*, *nariz* e *boca*, para terminar no *tornozelo* e na *planta dos pés*, pormenorizando até ao nome dos diferentes dedos das mãos.

As estruturas gramaticais estão apenas representadas pelo pronome *nós* e às vezes *vós*, apontando, o que nos parece evidente, para a estrutura dialógica da comunicação. Mais tarde, e notá-lo-emos oportunamente, essas duas vozes em presença, ou, se quisermos, essa difonia, será substituída por três vozes, o que dá conta duma situação diferente no plano epistémico ou do conhecimento.

Com efeito, no século XVI, o *Eu* opõe-se ao *Ego* transcendental que equivale a *Nós* e permite uma situação integrativa. A oposição será, doravante, *Nós/Índios*; *Nós/Latinos*, e o *Eu* dilui-se na transcendência do *Nós* <sup>39</sup>.

Vêm a seguir os *acidentes e estados da natureza*, os *animais* (sobretudo peixes) e os *números*. Ocasionalmente, as estruturas de *parentesco*, apontando para a especificidade sociológica dos povos em consideração, os produtos que interessam à mercadoria e à actividade comercial, ou que podem constituir estímulos de procura.

Colhemos, do relato de viagem de Pigafetta, companheiro de Fernão de Magalhães, os seguintes exemplos:

#### AMOSTRAGEM

##### 1. *Vocables Des Géants Pathagoniens*<sup>40</sup>

Le chef — her  
Les yeulx — ather  
Le nez — or  
Les silz — occhechl  
Papieres des yeulx — sechechiel  
Aux deux narines — o rescho  
La bouche — xiam  
Les levres — schiane  
... ..  
Nous — chen  
... ..  
Ung chien — holl  
Ung loup — ani  
... ..  
Le soleil — calexchem  
Les estoilles — settere  
La mer — aro  
Le vent — oni  
... ..

2. *Plusieurs vocables des susdits (des îles Malluques)  
peuples Gentils*<sup>41</sup>

.....  
L'argent —pilla  
Le laton — concach  
Le fer — butau  
Les cannes douces — tubu  
Le ris — bughaz, baras  
Le miel — deghes  
La cire — talo  
Le sel — acin  
.....  
Leur dieu — abba  
Le soleil — adlo  
La lune — songhot  
.....  
Ung esclave — bonssul  
Lug roy ou un grand capitaine general — raia  
Ung — uzza  
.....  
Dix — polo

3. *S'ensuivent quelques vocables de ces peuples gentils de  
Malluque*<sup>42</sup>

.....  
Le père — bapa  
La mère — mama ambui  
Le fils — anach  
Le frère — sandala  
Le frère de celui-ci — capatin muiadi

Le cousin germain — sandala sopopu  
 L'aïeul — niny  
 Le beau-père — minthua  
 Le gendre — minanthu  
 L'homme — horan  
 La femme — poranpoan  
 Le chef — capala  
 ... ..  
 L'argent — pirac  
 La pierre précieuse — premata  
 La perle — mutiara  
 L'argent vif — raza  
 Le métal — tumbaga  
 Le fer — baci  
 Le plomb — tima  
 ... ..  
 La cannelle — caiumanis  
 Le poivre long — sabi  
 La noix muscade — buapala gosoga  
 ... ..  
 Comment s'appelle ceci? — apenamaito?  
 ... ..  
 Donne-moi — ambil  
 ... ..  
 Bonjour — salamalichun  
 La réponse — alichum salam  
 ... ..  
 Messieurs, portez-vous bien — mali horan-caia macan  
 J'ai déjà mangé — suda macan  
 Homme, ôte-toi de là — pandam chita horan  
 ... ..

O manuscrito do *Roteiro* da primeira viagem de Vasco da Gama <sup>43</sup> é uma cópia única conhecida, existente na

Biblioteca Nacional do Porto, e a letra indica tratar-se, provavelmente, duma produção contemporânea do acontecimento em referência. No entanto, ainda que tradicionalmente se aponte Álvaro Velho, participante da tripulação de Vasco da Gama na expedição de descobrimento, como autor do relato, alguns críticos consideram duvidosa tal atribuição, tendo até sido colocada por Diogo Köpke, editor do manuscrito em 1838, a hipótese de ter sido Fernão Lopes de Castanheda, enquanto bedel, o seu autor. Seja como for, o que parece indubitável e o que, na verdade, é relevante do nosso ponto de vista, é o facto de o manuscrito dar conta não só dos acontecimentos relativos ao diário de bordo mas também constituir um testemunho imediato e o primeiro esboço dum futuro e ininterrupto diálogo.

O manuscrito foi várias vezes publicado, ainda que tenha permanecido inédito até ao século XIX: tem cinco edições portuguesas, duas em francês, uma em inglês e uma em alemão <sup>44</sup>. O relato da viagem é seguido de dois apêndices, o primeiro constituído por uma relação geográfica e económica dos reinos ao Sul de Calecut e o segundo, aquele de que neste momento nos ocupamos, do qual consta um vocabulário malaio: «Esta é a linguagem de Calecute».

#### AMOSTRAGEM

| Português           | Calecute   |
|---------------------|------------|
| Por olha ... ..     | nocane     |
| Por ouves ... ..    | que que ne |
| Por tira-lhe ... .. | criane     |
| Por tirar ... ..    | balichene  |

|            |       |           |
|------------|-------|-----------|
| Por corda  | ..... | coraoo    |
| Por alarga | ..... | lacany    |
| Por dá-me  | ..... | carichany |
| Por beber  | ..... | tinane    |
| Por come   | ..... | y na      |
| .....      | ..... | .....     |

Além das estruturas semânticas identificáveis na *Relação de Pigafetta*, notaremos, em alguns casos, a presença de estruturas de oposição ou de analogia, denotando mecanismos associativos: *beijar/morder*, *noite/dia*, *chuva/água*, *leste/oeste*, *norte/sul*, *cão/cadela*, etc.

São pois os seguintes os *itens* que compõem o Vocabulário:

Não quero / andar / vai-te / vem cá / cala-te / levanta-te / lançar / falar / doido / sisudo / manco / cair / muito / mau / nariz / olhos / testa / cabelos / cabeça / orelhas / língua / pescoço / mamas / peitos / braços / estômago / pernas / cu / mãos / dedos / pescado / mastro / lume / dormir / homem / mulher / barba / lagosta / papagaio / pombas / peido / beijar / morder / olhar / ouvir / bater / ferida / espada / adarga / arco / frecha / lança / atirar o arco / sol / lua / céu / terra / mar / nau / barcas / noite / dia / comer / mijar / assentar / estar em pé / andar / abraçar / pancadas / chorar / alevantar / bailar / atirar com pedras ou pau / cantar / chuva / água / cego / decepado de mão / toma / vamo-nos / leste / oeste / norte / sul / cão / cadela / moço / menino / casa / agulha / verga / remo / bombardas / gávea / adriça / âncora / bandeiras e estandartes / governalho / pelote / calça / barrete.

Segue-se significativo passo que não consta, geralmente, deste tipo de recolhas, um novo *item* correspondente a «Nomes de pessoas».

Relativamente a este *Vocabulário*, diz Fontoura na nota 296 da edição consultada: «Este vocabulário foi fornecido ao autor do *Roteiro*, na viagem de volta ou retorno, pelos homens tomados pelo Gama em Calecut». A ser assim, tratar-se-á de um processo idêntico ao que Cristóvão Colombo praticara ao trazer seis ameríndios, especificamente com a intenção de aprenderem a língua castelhana e, naturalmente, por um mecanismo interactivo, permitir o acesso dos europeus às línguas nativas. É também significativo que, como provaram Ravenstein e Hümmelich, o vocabulário transcrito pelo autor do *Roteiro* seja notavelmente próximo da língua malaia no seu estado actual. Eis alguns exemplos:

| Língua registada<br>no Roteiro | Malaio actual |
|--------------------------------|---------------|
| nocane ... ..                  | nocuna        |
| comda ... ..                   | conda         |
| tinane ... ..                  | tinano        |
| y na ... ..                    | ina           |

Uma exactidão tal e correcção de transcrição prova notável capacidade analítica, a nível da segunda articulação da linguagem, uma vez que julgamos que a listagem terá sido feita a partir duma recolha auditiva e não a partir da transliteração da escrita malaia.

Esse método da transliteração será também operativo noutros casos, designadamente no *Vocabulário da língua Canari*, manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, com letra do século XVII mas correspondendo,

segundo cremos, a recolhas e compilações efectuadas durante o século XVI.

O Vocabulário ocupa 224 páginas, após as quais o trabalho prossegue com uma parte intitulada: *Aos que querẽ leer por este caderno.*

Seguem-se, conseqüentemente, indicações de leitura, isto é, reflexões de tipo fonológico, segundo critérios descritivos, que não hesitamos em considerar da maior importância.

«Na lingua canary ha duas maneiras de *a*, hũa longa, outra breve...»

Vem, em seguida, uma exemplificação de leitura em caracteres canaris, enquanto, pelo contrário, todo o vocabulário, até à página 224, havia sido apresentado em transliteração para o alfabeto latino:

- *acabar algũa cousa depressa — attâpitâ*
- *acabar, levar a cabo — sampâditâ*
- *desculpar — nibadecâ*
- *ensina — siguarita*
- *língua — zîba*

Aliás, o anónimo autor não deixa de apontar as normas que segue no seu trabalho de transposição de um para outro alfabeto. E no caso de *a*, que se torna visível na exemplificação que escolhemos, afirma: «A primeira *a* tem este sinal, *â*; a segunda não tem nada.»

A transcrição, tal como se apresenta, denota, efectivamente, um apurado sentido linguístico, e dá conta duma profunda análise linguística a nível da segunda articulação da linguagem, como base operatória duma prática pedagógica.

Trata-se, com efeito, de uma manobra de translação de uma forma de escrita para outra, num esforço para encontrar correspondências para as respectivas estruturas fonológicas e suprimindo as inadequações de um alfabeto de origem estrangeira ao ser aplicado a um sistema linguístico diferente.

Quanto ao conteúdo semântico, diferentemente dos glossários mais exíguos a que nos referimos, tornam-se difíceis de definir as áreas de significação a que dá cobertura. De facto, a sua extensão, que ultrapassa um milhar de entradas, dispostas por ordem alfabética e, sobretudo, essa mesma ordem, vem, de certo modo, obscurecer os mecanismos associativos que presidiram à sua recolha: só uma investigação pormenorizada e cuidada poderá revelar as estruturas significativas que subjazem a esse instrumento copioso, posto ao serviço do acto da comunicação e da convivência.

## V / AS TRÊS ESTRATÉGIAS

O segundo *medium* da desbabelização, para além dos modelos de comportamento semiótico descritos no capítulo anterior, releva da mesma filosofia que preside a todo o acto comunicativo, acrescentado dum componente pedagógica bem marcada.

Trata-se dum proposta que vai encontrar *praxis* diferentes, desdobrando-se operatoricamente na organização de cartinhas, diálogos, catecismos, métodos, artes, e até autos e farsas, como dispositivos de aprendizagem das línguas desconhecidas que, no século XVI, entram no quadro dum humanidade que subitamente fizera explodir as fronteiras em que se auto-inscrevera.

Julgamos identificar, dentro da tipologia de obras na área do que chamámos línguas exóticas, três modalidades operatórias, ou seja, três estratégias: tomaremos como modelo de cada uma a *Cartinha em Tamul e Português*, a *Arte Malabar* e a *Arte da Língua mais falada no Brasil*. A primeira, isto é, a *Cartinha*, corresponde a uma metodologia estrutural *avant-la-lettre*; as seguintes, enquadrando-se na filosofia dum *gramática universal*, assente num modelo comum, correspondem, no entanto, a duas situações que

envolvem soluções e estratégias diferentes: a *Arte malabar* aplica o modelo a uma língua DOTADA DE ESCRITA segundo os mecanismos de equivalência que funcionaram no caso do *Vocabulário Canari* a que já nos referimos. A *Arte* de Anchieta, pelo contrário, vai aplicar, uma vez mais o modelo mas, agora, a uma língua DESPROVIDA DE ESCRITA: as correspondências não são estabelecidas entre dois sistemas construídos, ambos, sobre uma substância gráfica mas, pelo contrário, serão estabelecidas entre sistemas de substâncias diferentes: a substância gráfica e a substância fónica. Afastando-se da natureza e tornando-se social (já que a escrita é sempre social) o discurso gramatical fundamenta-se na «dissemblance radicale entre las deux éléments — graphique et phonique»<sup>45</sup>. Sendo a escrita «un écart de la nature»<sup>46</sup>, é, ao mesmo tempo, alteridade e memória, superando a caducidade natural das coisas e dos seres, dando, enfim, um sentido à História. Ela garantirá o poder de duração e permanência, engendrando um espaço cultural e potenciando a sua indestrutibilidade. Através da escrita opera-se também uma substituição dimensional, já que o discurso oral se inscreve numa dimensão de *tempo* e o discurso escrito se inscreve numa dimensão de *espaço*. Transcendendo os limites da temporalidade, possibilita a mediatez do acto comunicativo. Ao ser dotada de escrita, uma sociedade oral passa a dispor de um meio que é, ao mesmo tempo «poder de esquecimento» (a *hypomnésis* de que se fala no *Fedro* de Platão) e mnemotécnica. É essa, aliás, a reflexão inevitável perante esse feito da mente humana de que é notável, por exemplo, o discurso de D. João I no *Livro da Montaria*:

«[...] e depois que o homem assi foi criado razoavil e sabedor e deshi vierom os homens de geraçom em

geraçom e começaram a provar as cousas e os conhicimentos d'ellas e virom que aqueles que algũas cousas sabem, tanto que morriam elles... se perdiam os saberes [...] catarom as figuras das letras...»<sup>47</sup>.

Da «escritura, fiel tesoureira», segundo expressão de Fernão de Oliveira<sup>48</sup>, diz, também, por exemplo, João de Barros: «Os mesmos homens por conservar seu nome em a memória deles, buscaram hum Divino artificio, pero que a invenção dele se dê a diversos Authores, mais parece per Deos inspirado...»<sup>49</sup>.

Trata-se, pois, de um feito de alcance social incalculável o momento em que uma sociedade encontra, num sistema de escrita, o suporte da memória e os pilares da sua própria História.

#### *A Cartinha em Tamul e Português*

A *Cartinha*, publicada em Lisboa em 1554, «por ordem do Rei», insere-se num tipo de obras de intenção aparentemente restrita e de objectivos demarcados, dentro dum escopo acentuadamente pedagógico e evangelizador.

Já em 1524 os primeiros franciscanos, ao serviço de Castela, ao regressarem do México, haviam composto os *Diálogos de doutrina christiana*<sup>50</sup>; e, no *Vocabulário Canari* a que já nos referimos encontramos, a partir da página 224, um diálogo entre o Mestre (*Guru*) e o discípulo (*Sissu*) sobre a definição dos deveres do Cristão. Utiliza o método erotemático, o método pedagógico por excelência, consagrado durante a Idade Média, tanto em obras catequísticas como gramaticais, teológicas e filosóficas. Transcrito em alfabeto latino, como o vocabulário propriamente dito, trata-se de um *Diálogo* de

iniciação, a que se seguem, segundo o modelo habitual das *Cartinhas* para aprender a ler, as principais orações da piedade cristã. O plano dessas *Cartinhas* é, com efeito, sensivelmente idêntico: comportam um *alfabeto* (e é na apresentação do *abêcê* que se registam as mais importantes — e significativas — diferenças entre as várias *Cartinhas*), a seguir na maior parte dos casos um *silabário* ou carta de sílabas. Estes dois elementos constituem, por assim dizer, o «aparelho» técnico para a aprendizagem da leitura: aprendidos o *nome*, a *figura* e o *poder* de cada letra, apreendido o funcionamento silábico, a técnica da leitura considera-se adquirida. Logo, a *Cartinha* prossegue com o que podemos considerar o «aparelho» ideológico, constituída pela doutrina cristã. Aí, umas são mais ou menos completas. Algumas apresentam uma série de ditames de comportamento, as fórmulas religiosas consideradas indispensáveis e, por vezes, o que se chamava o *Tratado da Missa*, isto é, um breve guia de participação ritual. Antes da famosa — a justo título — *Cartinha* de João de Barros, publicada em 1539, em Lisboa, por Luís Rodrigues, houve, efectivamente várias outras *Cartinhas* de que nos foi possível referenciar quatro. Segundo Cortez Pinto (*Da famosa Arte da Imprimissão*, Lisboa, 1948, p. 249), e deixando certa margem para a possível gratuidade de algumas estimativas suas, «a primeira *Cartinha* (...) foi impressa por Germão Galharte em 1534, segundo a *Bibliografia* de Anselmo, mas houve certamente outras antes». Com efeito, desde 1504, segundo escreve Damião de Góis, existem referências e envios de livros para o Congo, livros que o cronista designa como *de doutrina cristã*, mas que provavelmente seriam obrinhas segundo o esquema já descrito das *Cartinhas*. Em 1512 e 1515, seguem para a Abissínia e

para o Oriente novas remessas de livros de que faziam parte *Cartinbas* sem que, contudo, existam referências bibliográficas que nos permitam identificar quer o autor, quer o editor, quer outro qualquer pormenor concernente. Cortez Pinto admite, porém, que anteriormente a 1504 se haja publicado a primeira *Cartinha* portuguesa, da autoria de D. Diogo de Ortiz Vilhegas, Bispo de Viseu, morto em 1519. Um alvará de autorização a Gusmão Galharte para imprimir a *Cartinha* do Bispo, indicará apenas tratar-se duma reedição daquela que fizera parte da remessa para o Congo em 1504. Ora, a *Cartinha em Tamul* apresenta um duplo registo: é, por um lado, a réplica de todas (ou quase todas) as *Cartinbas* anteriores; mas é, por outro lado, o registo duma revolução metodológica e duma arquitectura polivalente. É, de facto, a primeira *Cartinha* bilingue (ou trilingue, se considerarmos a presença do latim) e esse bilinguismo funciona simultaneamente como um sistema de trocas linguísticas permitindo que os índios aprendam *português* e os *portugueses* aprendam tamul. É, também, uma peça do «aparelho» pedagógico, sistema de trocas simbólicas, ao incluir o formulário e as «peças» textuais da iniciação cristã, ou seja, o *Credo*, o *Padre Nosso* e a *Avé-Maria*.

A este propósito, consideramos notável a função simbólica de tais textos, como «sinais» ou «signos» que apontam para a identificação de referentes sócio-culturais:

«E (uma mulher que estava ali presente) dando-nos com isto dois mazes de esmola, como a pobres, nos encomendou muito que não curássemos de fazer viagens compridas, onde Deus permitira fazer as vidas tão curtas; mas logo após isto desabotou a manga de um jubão de setim roxo que trazia vestido e, arregaçando o braço, nos

mostrou uma cruz que nele tinha esculpida como ferrete mouro, muito bem feita, e nos disse: “Conhece porventura algum de vós outros este sinal que a gente da verdade chama cruz, ouviste-lo algũa hora nomear?” A que nós todos em o vendo, pondo os joelhos em terra, com o devido acatamento, e alguns com lágrimas nos olhos, respondemos que sim, a que ela, dando um grito, e levantando as mãos para o Céu, disse alto: — “Padre nosso que estás nos céus, sentificado seja o teu nome”. E isto disse-o na linguagem portuguesa e, tornando logo a falar chim, com não sabia mais do português que estas palavras, nos pediu muito que lhe disséssemos se éramos cristãos...»<sup>51</sup>

De modo análogo, no encontro com Vasco Calvo e a sua família, eis a parte final do relato do aventureiro: «E disseram o Pater Noster e a Ave Maria, o Credo e a Salva Regina, muito bem ditos e pronunciados...»<sup>52</sup>.

No *Diálogo* apenso ao *Vocabulário Canari*, é significativo que, ainda que esses textos de carácter religioso se encontrem traduzidos na língua respectiva (embora transliterados, como já se disse), a primeira palavra (*Credo*, *Pai Nosso*, etc.) não foi traduzida e introduz o texto, funcionando como signo englobante: *Padre nossâ cho art su...* De modo semelhante, os vocábulos que apontam para referentes de conteúdo especificamente religioso não são traduzidos, embora por vezes sejam foneticamente adaptados: *bautizar*, *christão*, *Jesu* (ou *Anni Jesu*), *spiritá sãtá*, *purgatorio*, *ressurreissâm*.

A *Cartinha em Tamul e Português*, porém, que escolhemos como exemplo de entre os mais significativos, reveste, a vários títulos, uma certa especificidade. Antes de mais, no que diz respeito à autoria. São três os seus autores, o que

já por si é factor de originalidade: Vicente de Nazareth, Jorge Carvalho e Thomé da Cruz, Índios, como está consignado nas primeiras linhas do respectivo prólogo. Estes três apóstolos índios representam, pois, desde logo, a linhagem daqueles que, cerca de quinze anos antes, teriam sido os primeiros nativos a ser doutrinados e cristianizados, eles próprios lançados nas tarefas do proselitismo cristão. A eles se referira já João de Barros, considerando esse facto como um sinal anunciado nas profecias sagradas. Diz, portanto, no Prólogo da sua *Cartinha*, publicada em 1539: «Da qual obra ora temos um divino exemplo na conversão de cinquenta e sete mil almas na terra do Malabar, onde Sam Tomé com tanto trabalho e martírio passou desta vida à celestial glória. Com zelo de aprender a qual língua, quatro dos principais deste povo vieram este ano por mais sem pejo dos empedimentos da pátria, cá nestes reinos a pudessem melhor praticar [...]. Aos quais el-rei vosso padre [...] mandou recolher na casa de Santo Elói desta cidade, pera aí aprenderem com os outros Etíopas de Congo, de que já temos bispos e teólogos, cousa certo mui nova pera a Igreja de Deus, inda que profetizada no salmo setenta e um.»<sup>53</sup>

Os três malabares, autores da *Cartinha*, são, pois, os testemunhos da profecia cumprida: «E como quer a interpretaçam da doutrina cristã (dizem) [...] que Vossa Alteza nos mandou trasladar da língua latina e portuguesa em ha da Índia que se chama tamul, por termos notícia de todas estas três lingoas, transcenda e sobrepoje nossos entendimentos, para o qual era necessario experiênciã, saber e eloquencia [...] como a tiveram os setenta e um intérpretes no Egipto en no tempo de Ptolomeu...».

A *Cartinha* representa, como tivemos ocasião de afirmar, uma nova estratégia pedagógica, utilizando duas técnicas simultâneas: a interlinearidade e o exercício estrutural. Quanto à primeira, ou seja, a interlinearidade, trata-se de uma técnica já utilizada nas *Bíblias Políglotas*, nomeadamente na *Complutense*. No caso presente, a interlineação é apresentada em triplo registo: na linha medial a frase está inteiramente escrita em tamul, transliterado em alfabeto latino; na linha inferior a frase está registada em português; na linha superior, impressa a vermelho, é dada uma versão portuguesa segundo a ordem sintagmática própria do tamul. Os autores assim o explicam: «*Escrevemo-la em duas línguas, Tamul e Português (...). O Tamul em cima em letra grossa com sua declaração por cima em vermelho; a portuguesa abaixo é letra meuda*».

Do ponto de vista pedagógico, parece-nos poder identificar o método de ensino seguido como singularmente próximo do ensino estrutural moderno. Com efeito, a *frase* é a estrutura funcional e as fórmulas apresentadas constituem, ao que nos parece, o método dos exercícios estruturais. A aprendizagem é feita, não ao nível dos quadros gramaticais nem ao nível do vocabulário amorfo, mas ao nível das estruturas sintáticas:

— *Ni naçaranió?*

— Tradução: *Vós sois cristão?*

— «Declaração»: *Vós cristão sois?*

— *Pidá engalaré ni agajatil iriquirray...*

— Tradução: *Padre nosso que estás nos céus...*

— «Declaração»: *Padre nosso tu nos céus estás...*

Na sua exiguidade, a *Cartinha* parece-nos constituir uma obra de notável complexidade pela convergência de vários *media*, estruturantes linguísticos e estruturantes visuais:

- |                               |   |  |
|-------------------------------|---|--|
| Estruturantes<br>linguísticos | } | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A língua TAMUL («em cima em letra grossa»).</li> <li>2. A língua PORTUGUESA (em duas «versões», correspondentes à tradução e à «declaração», «em letra meuda e em vermelho»).</li> <li>3. A língua LATINA, num breve guia da missa ordinária, que finaliza a <i>Cartinha</i>: <i>Introibo ad altare dei; Confiteor Deo omnipotenti</i>, etc.</li> </ol>                |
| Estruturantes<br>visuais      | } | <ol style="list-style-type: none"> <li>4. O ÍCONE: no início dos capítulos doutrinários apresenta gravuras representando passos da vida de Cristo ou situações específicas da história religiosa: o Presépio, o Calvário, Moisés, recebendo as Tábuas, etc.</li> <li>5. Finalmente, a COR e o CORPO TIPOGRÁFICO: «cô ha decraçam do Tamul por cima de vermelho»; «em letra grossa»; «em letra meuda».</li> </ol> |

Por outro lado, a *Cartinha* resulta, no plano sociológico, da pulverização dos dois grupos correspondentes às duas vozes em confronto. Com efeito, não se trata já da axiologia *Nós/Eles* ou *Nós/Vós*, isto é, *Cristãos/Gentios* ou *Portugueses/Malabares*. Trata-se, sim, da intervenção categorial de um terceiro factor que sai da dicotomia inicial e corresponde a esse terceiro termo ou terceira voz, dos autores Vicente de Nazareth,

Jorge Carvalho e Thomé da Cruz, Índios, instaurando a trifonia no processo comunicativo.

### *A Arte Malabar*

Não se pretende, neste lugar, fazer um inventário descritivo das obras que cobrem, no contexto descrito, a gramaticalização das «línguas peregrinas» no século XVI. Analisar-se-á a Gramática da língua malabar, manuscrito deteriorado, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Não tem rosto e não comporta, por conseguinte, as consignações da data e do autor. Trata-se, porém, segundo foi estabelecido pela investigadora Jeanne H. Hein, da *Arte da língua malabar em português*, do jesuíta Henrique Henriques<sup>54</sup>. Natural de Vila Viçosa, o Padre Henriques partiu para a Índia em 1540, cerca de quatro anos após a chegada de São Francisco Xavier a essa região. Aí morreu em 1600. Segundo Barbosa Machado, numa referência aliás não confirmada, teria traduzido em língua malabar a *Cartilha da Doutrina Christã* de Marcos Jorge (S. J.), impressa em Cochim em 1559. Nas *Memórias para a História da Typographia em Portugal*, de Ribeiro dos Santos, porém, não se encontra referência alguma à existência dessa tipografia, e a edição é, portanto, duvidosa: a primeira edição conhecida é de Lisboa, de 1561, seguindo-se-lhe a de Braga, de 1566.

Seja como for, Henrique Henriques deixou em manuscrito a sua *Arte Malabar*, composta por volta de 1548-49: numa carta dirigida a Inácio de Loyola, Padre Geral da Sociedade, em 1549, afirma que a sua gramática está terminada e pede um parecer para que seja impressa, pedido que, de facto, nunca chegou a ter realização. Não obstante, durante dezoito anos, Henrique Henriques

aperfeiçoou e ampliou o seu trabalho, como se deduz da carta que escreve de Tuticorin em Dezembro de 1566, na qual afirma que a sua *Arte* «está melhor» do que no ano anterior. Aliás, no manuscrito de que dispomos e de que, certamente, circularam outras cópias, o Autor termina o seu texto deste modo: «Ainda se hã de acrecetar algũas cousas poucas a esta arte malavar. Tudo o mais necessario estaa scrito.»

A obra começa por um *sumário* pormenorizado do seu conteúdo o qual, desde logo, nos dá conta, por um lado, da planificação segundo os quadros da gramática clássica e, por outro lado, da adaptação desses mesmos quadros a um sistema linguístico diferente. Assim, depois de apresentar o *abêcê* da língua malabar, dando a equivalência fonética entre o alfabeto latino e o alfabeto malabar, cuidadosamente desenhado e apontadas as variantes gráficas, apresenta as *cinco* declinações, os pronomes, as *nove* conjugações que identifica segundo a terminação temática do infinito, seguindo-se a flexão do verbo substantivo, indicado como correspondente de *sum, es, fui*.

O alfabeto é comentado, isto é, acompanhado de explicações do seguinte tipo: «Têe nesta lingoa silabas longas e breves e se pode para deccrarar as sílabas longas pôr esta risca ã cima de sílaba (*til*)»<sup>55</sup>. Indica depois o *nome*, já indicada a *figura* das letras, tendo por conseguinte subjacente a doutrina clássica das «três cousas que as letras têm», isto é, *nome, figura, poder*. Ao analisar o *poder*, descobre-se, evidentemente, a transcrição ou correspondência com o alfabeto latino.

O capítulo termina de modo significativo e deixa claro o conceito que preside à obra: a aplicabilidade dos quadros da gramática latina como registo duma Gramática Universal. O autor, em consequência, dirá:

«Para mais facilmente se entender esta arte ha mister ter conhecimento da arte latina (entenda-se *gramática*) e os que não souberem latim devem de ler pela gramática portuguesa feita por João de Bairos» (*si*).

Segue-se o início da *Arte*, propriamente dita, começando, como de costume, pela *formula pietatis*, «Em nome de nosso Senhor Jesu começa a arte em malavar».

As declinações, tendo certamente presente o modelo técnico da gramática de Barros, que no início tomara como paradigma, estão dispostas em pilha. Contudo, segundo o critério adaptativo e com notável sentido pedagógico, o autor apresenta três pilhas paralelas: o nome flexionado no alfabeto original, a seguir a transcrição em caracteres latinos e, na coluna à direita, a respectiva tradução, segundo os valores morfossintáticos dos casos latinos.

A presença tutelar da gramática clássica, porém, não torna cego o autor, que não deixa de apontar tudo aquilo que no sistema linguístico em questão se afasta do modelo, assumindo, portanto, uma perspectiva comparatista. Assim: «Há nesta lingoa hūs futuros negativos ã todos os verbos, os quais se avião de pôr antes do imperativo [segundo o padrão latino] mas que se formam do imperativo sempre e para saber formar o futuro negativo he necessário primeiro formar o imperativo e teer noticia dele. Portanto se põe o futuro negativo depois do imperativo.»<sup>56</sup>. Manifesta-se, pois, que, embora regendo-se pelo padrão clássico, o autor sabe caminhar com a segurança da lógica e, também, duma estratégia pedagógica.

A gramática apresenta uma longa série de anotações semânticas e estilísticas, distinguindo por vezes do falar literário «a maneira de falar mais acostumbrado», anotações

que denotam um claro sentido linguístico: «ao futuro negativo se junta *caddita meel*, quer dizer, *sem crer* [...] ou *para não crer...*». No capítulo dos verbos impessoais, por exemplo, lê-se: «Além do já dito dos verbos das nove conjugações hade saber que quamdo nesta lingoa se fala das cousas que nō tẽ alma racional, como cãis, cavalos, gatos e tãobem das cousas inanimadas [...] usão doutra maneira de falar como se usa quando se fala dos mininos antes que tenham uso da razão...»

Aliás, não deixaremos de notar que os quadros das conjugações se apresentam notavelmente regulares e simétricos, utilizando, na medida do consentimento da própria língua, as noções clássicas que subjazem à sistematização gramatical empreendida.

Contudo, para além da organização técnica do material, possibilitando a comunicação linguística, parece-nos que a *Arte Malabar* constitui um instrumento de comunicação sociológica, isto é, produz informações que transcendem a mera informação gramatical e permitem uma integração sócio-cultural: «Note-se que nenhum nome próprio ou de castas tem ablativo». Ou ainda, ao explicitar, em capítulo enunciado no sumário, «quando se acrecêta esta particula *n* por onrra». Ou ainda ao distinguir «a maneira de falar mais acostumbrado».

Após a referência final a que já aludimos, em que admite a perfectibilidade do seu trabalho, o manuscrito apresenta o cólofon cuidadosamente caligrafado:

*Dum mea pupis erat  
valida fundata carina (...)*

E, em letras de dimensão reduzida, «*Domine, non sum dignus ut intres...*»

Verifica-se, pois, como situação, que o autor da *Arte Malabar* partiu, segundo um determinado modelo que instaura como universal, capaz de potenciar a realidade total, e ao qual são convertíveis as realidades actuais, para a formalização de uma estrutura linguística que já tinha o seu próprio suporte escrito, isto é, o seu *abêcê*, como lhe chama. Reduzindo-o a *outro* suporte, ele tem de proceder, evidentemente, a uma análise fonológica, a partir da noção de valor. Esse processo é utilizado noutros casos que considero notáveis e que o espaço de que dispomos não nos permite explorar. Referimo-nos à *Arte da Lingoa de Iapan composta pello Padre João Rodrigues da Companhia de Jesu*, dividida em três livros, e impressa em Nagasaki entre os anos de 1604 e 1608, «com licença do Ordinário e Superiores»<sup>57</sup>. Repousava sobre manuscritos anteriores, opúsculos que circulavam entre missionários e missionados, de cuja existência há testemunhos e a que o próprio autor alude: «no que me ajudey de algũas annotações que acerca desta matéria alguns Padres nossos tinhão feito e andavão escritas de mão.» Ora, a *Arte* do Padre João Rodrigues apresenta-se «com suas conjugações, sintaxi e mais regras necessárias (...)», procurando reduzir «língua tão peregrina» aos quadros da gramática clássica. Utiliza, como João de Barros fizera, afinal, para o português, um sistema contrastivo: o decalque gramatical é, na verdade, uma visão contrastiva. Tenta, seguindo talvez o exemplo de Fernão de Oliveira, fazer uma descrição articulatória, operando, no entanto, quanto ao sistema vocálico, com as cinco vogais clássicas. A obra foi exhaustivamente estudada por C. R. Boxer, «Padre João Rodriguez Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620», *Boletim de Filologia* T. XI, II, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1950, pp. 338-

363. O autor faz, portanto, das obras anunciadas no título, um estudo descritivo bastante completo, identificando o *Tçuzu* (Intérprete) por vezes confundido com o Padre João Rodrigues Girão, nascido em Alcochete em 1558 e também missionário no Japão. Escreve Boxer: «The first and for long the only Westerner to set eyes on the two Imperial Courts of Kyoto and Peking was the Portuguese Jesuit, João Rodriguez, born at Sernancelhe in the Bishoprick of Lamego in the year of 1561. (...) *primus inter pares*, must always stand the name of the devoted Portuguese Jesuit, Padre J. R., widely known in the Japan of his day as Tçuzu (Tsuji) or Interpreter». p. 338).

De qualquer modo, tanto Henrique Henriques como João Rodrigues são os executores da mesma estratégia: ambos metem ombros a esse feito imprevisível, potenciado pela gramaticalização das línguas europeias, cerca de uma dezena de anos antes: a aplicação do mesmo modelo, através duma «grelha» comum — a translação para um alfabeto diferente, no caso do tamul duma escrita fonética, no caso do japonês duma escrita ideogramática: a reconversão de tradições gramaticais completamente alheias ao modelo greco-latino, adoptado como modelo universal. Por outro lado, um traço também comum associa os dois gramáticos, isto é, o facto de ambos terem sido, para a respectiva língua, os primeiros a empreender tal tarefa, utilizando, ao contrário da metodologia dialógica ou difónica, a monofonia do discurso caracterizadamente didáctico.

Com efeito, Fr. Xavier S. Thani Nayagam escreve, em 1954, a propósito da *Arte Malabar*: «From internal and external evidence, it is clear that this is a manuscript copy

of the first Tamil grammar known to be compiled by a European...»<sup>58</sup>.

De João Rodrigues e da sua *Arte da Língua de Iapan* escreve ainda C. R. Boxer: «Nor is this somewhat fortuitous pioneer «record» Padre João Rodriguez' only claim to the regard of posterity. On the contrary, intrepid traveller in the then little-known Empires of the Far East as he was, it is as the pioneer philologist who first charted the mates of the Japanese language and explored the intricacies of its complicated syntax, that he commands our admiration today.»<sup>59</sup>

Com efeito, um e outro foram *Intérpretes e Tradutores*, protagonistas da grande aventura linguística do século XVI, em busca de uma anti-Babel, potenciando a comunicação universal.

#### *A Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*

Em 1595 foi publicada em Coimbra a *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil. Feita pelo P. Joseph de Anchieta. Theologo e Provincial que foi da Companhia de Jesu nas Partes do Brasil*.

Esta obra representa a terceira estratégia de abordagem das línguas exóticas que entram no colóquio universalizante do Mundo descoberto.

José de Anchieta, natural de Tenerife, onde nasceu em 1533, partiu para o Brasil com vinte anos de idade, como jesuíta missionário<sup>61</sup>. Morreu em 1597, na aldeia de Reritigbá do Espírito Santo, dois anos após a publicação da *Arte de Gramática* que, no entanto, fora durante muitos

anos, em cópias manuscritas, o instrumento privilegiado da pedagogia missionária.

Em breve, após a sua morte, circularam biografias de Anchieta, que dão conta das quatro décadas da sua actividade no país brasileiro.

Com efeito, em 1617 foi publicada em Colónia, em casa de Ioannem Kinkium, com a permissão do Superior da Sociedade de Jesus, a história da vida de José de Anchieta, biografia que será o ponto de partida de muitas outras, nomeadamente no século XIX, em que se verifica um súbito interesse por esta figura <sup>62</sup>. Trata-se da *Vita R. P. Ioseph Anchietae Societatis Iesu sacerdotis in Brasilia defuncti*. No mesmo ano, em Lyon, com privilégio real, em casa de Horácio Cardon, é publicada a obra *Iosephi Anchietae Societatis Iesu sacerdotis in Brasilia defuncti*, da autoria de Sebastião Beretário, da mesma Companhia.

Na biografia de Colónia, à maneira de longo prólogo, se referem as descobertas oceânicas, nomeadamente a do Brasil, cuja região é descrita com abundância de dados, de carácter geográfico, naturalista, sociológico, etc.

Mas logo a seguir, no Livro I, se inclui um capítulo intitulado: «José de Anchieta é o primeiro que ensina as letras latinas no Brasil». E prossegue:

«Foi fundada uma escola em Piratininga <sup>63</sup>. Teve desde logo um número significativo de ouvintes da Sociedade e uma grande quantidade de jovens portugueses. Nesses tempos não existia no Brasil quantidade de livros que permitisse que cada discípulo dispusesse do seu próprio exemplar, por onde aprendesse os preceitos da Gramática de Língua Latina e pudesse adquirir o conhecimento das restantes coisas. Esta dificuldade, o mestre, com o seu trabalho, tentava remediá-la e dava-lhes livros escritos sobre papiro, por sua própria mão...».

Mas é apenas um começo: Anchieta vai, de imediato passar do ensino do latim para o ensino da língua tupi: «... escreve a gramática da língua brasileira e outras obras em idioma brasileiro».

E o biógrafo continua:

«Compôs um catecismo na mesma língua e elaborou um diálogo, por meio de perguntas e respostas».

Mais ainda: «escreve um drama e dedica-o ao povo», tentando o gênero dramático, «coisa completamente nova e nunca, até então, conhecida». Trata-se do *Auto de São Lourenço*<sup>64</sup> que, segundo uma técnica que poderemos considerar vicentina, utiliza três línguas (castelhano, português e tupi), segundo critérios conotativos de distribuição.

Em contrapartida, porém, se a língua tupi é objecto de aprendizagem por parte dos europeus, «também a língua portuguesa e as nossas letras, com grande alegria dos pais (das crianças tupis), aprendem», acrescenta-se na *Vita*.

E prossegue:

«Também empreendeu a elaboração dum Dicionário, e traduziu Catecismos e Diálogos de doutrina».

Poeta religioso e popular, dramaturgo e pedagogo, o Padre Anchieta era, segundo ainda o autor, «perito em quatro línguas: latina, portuguesa, espanhola e brasileira».

Quanto a nós, porém, o seu maior feito consiste na dotação demiúrgica duma escrita a uma língua de suporte oral. Situação, aliás, de que ele próprio tem consciência: «Isto das letras, orthographia, pronunciação e accento servirá para saberem pronunciar o que acharem escrito os que começo aprender; mas como a lingoa do Brasil não está em escrito, senão em continuo uso do fallar, o mesmo uso e viva voz ensinará melhor as muitas variedades que tem, porque no escrever e

accentuar, cada um fará como melhor lhe parecer». (Cap. I). E ainda: «Posto que sempre há algũas excepções que o uso ensinará».

Consciente, também, da distância estrutural entre as línguas em presença, distância que impossibilita, por vezes, a adequação do modelo gramatical, o autor introduz, ao longo da sua *Arte*, «Anotações» que dão conta da «diferença». Essas «anotações» repousam sobre critérios semânticos e estilísticos: «Este (*Pretérito Imperfeito II*) se usa [...] de duas maneiras, uma desculpando [...]. A segunda maneira é culpando [...]» (cap VII). O vocabulário escolhido para a exemplificação gramatical dá conta, por sua vez, de estruturas semânticas do quotidiano: *peixe*, *anzol*, *senhor*, *meu pai*, etc.

Se entendermos, pois, que é a fixidez monumental, a durabilidade da escrita, que confere dignidade a uma cultura porque exorciza a precariedade da natureza, parece significativo que essa língua sem escrita, logo que encontra o seu alfabeto e, portanto, a sua *arte*, é, não sem ingenuidade, considerada uma língua perfeita. Assim, Julio Platzmann, reeditor da *Arte* tupi, em 1874, afirma, com entusiasmo, que o tupi é «um dialecto excelente». E acrescenta, citando Figueiroa, que «não lhe falta hum ponto na perfeição da praxe dos nomes, verbos, declinações, conjugações activas e passivas. Não dão vantagem nisto as mais polidas Artes dos Gregos e Latinos». Esse Padre Figueiroa, sucessor de Anchieta na tarefa de «pôr em Arte» a língua tupi, exclama com a mesma admiração: «He admiravel que tendo os povos que a fallarão limitadas as suas idéas a hum pequeno numero de coisas [...] pudessem conceber signaes representativos de ideias com capacidade de abranger objectos de que elles não tiveram conhecimento...». Em

suma, a língua tupi é, para os seus artífices, comparada à língua grega em perfeição e capacidade abstractizante e é considerada o verdadeiro testemunho do *Génesis*: *Omne quod vocavit Adam...*

É então possível perseguir o objectivo utópico de fazer da ortografia um «retrato» da língua e isso explica o cuidado e ao mesmo tempo a penetração presentes no capítulo introdutório em que se descreve o sistema fonológico da língua, com base numa fonética articulatória e acústica. Quanto ao resto, a Gramática de Anchieta segue, mais uma vez, rigorosamente, o modelo universal: a gramática clássica. Curioso é de notar o facto, que tomamos como registo dessa universalidade, de alternarem nas titulações, exemplificações e correspondências, o português e o latim, ainda que o discurso gramatical esteja sempre em português: *De accentu* (cap. III); *Dos Nomes* (cap. IV); *Dos Pronomes* (cap. V): *yxe, xe — ego; ore, yandé — nos*, etc. Do mesmo modo, o autor utiliza indistintamente, como línguas de referência, quer o português, quer o latim, ainda que o discurso didáctico propriamente dito seja sempre em português.

O registo comparatista está constantemente presente: «Para concluir com o presente conjuntivo, se note que assim como no Latim ha algumas partes que pedem conjuntivo tendo linguagem de indicativo: ut, licet, quamvis, licet sim bonus, ainda que sou bom...». E ainda: «Em fim que com várias particulas se fazem os modos potencial e permissivo, e um modo por outro, tempus pro tempore, como em nossa língua, *pelo que o uso será melhor mestre*» (Cap. VII).

Assim, perfeita como a língua do Paraíso, a língua tupi alcança, segundo Anchieta e os seus pares, a perfeição que corresponde à pureza do seu povo, o *genus*

*angelicum*, senhor dos reinos utópicos do Continente americano, novo cenário das profecias, em particular da profecia de Daniel.

Com efeito, os Franciscanos por um lado, de entre os quais avulta a figura de Gerónimo de Mendieta, na segunda metade do século XVI, e os Jesuítas por outro, actuando de modo mais coeso e organizado, contando com homens da envergadura de José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, haviam transferido para o continente sul-americano o pensamento milenário joaquimista, anunciador do Quinto Império, ou Império de Espírito, de que será o grande arauto, algumas décadas mais tarde, o Padre António Vieira, com a sua *História do Futuro*. Empreendem, assim, uma recuperação doutrínaria, tendo como referente o *genus angelicum*, identificado com os índios, em estado de pureza e não de selvajaria, num cenário que seria o ponto de partida para uma impetuosa vaga espiritual que levaria à conversão universal, instaurando o Império do Mundo, subordinado ao Espírito Santo. Assim, a conquista e missão das Índias Ocidentais inseria-se num projecto universal de sentido escatológico, a que faltavam os «instrumentos» agora encontrados. E esses instrumentos são, de facto, a dotação demiúrgica de um alfabeto que, ultrapassando as barreiras do espaço-tempo, se tornará factor de criação de uma área cultural e da instauração de uma nova ordem.

## CONCLUSÃO

De um comparativismo incipiente — emergente de experiência vivencial do multilinguismo humano — à verificação, primeiro empírica e presencial e, mais tarde, teórica e especulativa da existência potencial dum modelo universal de comunicação, vai apenas um passo: passo de gigante, sem dúvida, do homem que toma a medida do mundo povoado. Assim se virtualizara o conceito duma Gramática Universal, cujo modelo reutivo era equivocadamente procurado no velho modelo greco-latino, metamorfoseado num modelo formal e abstractizante. Mas é através desse modelo que é possível, ultrapassando os limites forçados de comunicação gestual e o paradigma dos comportamentos semióticos, operar a panglossia, a partir duma estrutura que é adoptada e aplicada como uma meta-estrutura. Sobre ela se elabora um discurso novo — discurso aberto —, através do qual se concebem projectos e traçam programas de comportamento e esquemas de reflexão perante um Real sempre de novo encontrado.

Esses homens, ligados a um Real que constantemente referenciam, cena imensa dum teatro aberto, em que são, simultaneamente, actores e espectadores, utilizam um

discurso intensamente comunicativo; apelo tanto mais eficaz quanto é certo que o homem possui agora os *media* técnicos que lhe vão permitir chegar tão longe, no tempo e no espaço, quanto o permitir a parábola que descreve o percurso terreno do humano. O homem, transformado de homem auditivo em homem visual — o homem tipográfico <sup>65</sup> — pela posse definitiva do livro impresso, portátil e irradiante, prescindindo da comunicação presencial, apodera-se duma nova forma de diálogo, amplificador e ininterrupto.

Diálogo que, proveniente e desencadeando a vocação interpretativa, é potenciado por uma dupla aprendizagem e um duplo ensinamento: os Portugueses aprendem a língua dos Outros (e criam para isso os instrumentos necessários), os Outros são também chamados à aprendizagem da língua portuguesa, num esquema de reciprocidade que se torna interacção.

Dessa interacção vai emergir o espectacular fenómeno linguístico que será a formação dos crioulos.

Mas deixemos falar os actores desse grande jogo na cena do mundo quinhentista:

«... Logo em amanhecendo, mandou Cóge Atar pôr huma bandeira branca nas casas d'ElRey [...]. Pera maior solemnidade do qual assentaram que fosse este contrato jurado por ElRey e seus Governadores e por Affonso de Albuquerque [...]. Apercebidas todalas cousas pera esta solemnidade de vistas e confirmação de paz, veio ElRey a esta ponte acompanhado de Cóge Atar, Raez Nordim, e de seus Officiaes, Emires de sua casa [...] vestidos de festa com todolos instrumentos de prazer que elles usam nos taes tempos, estando a ponte toda cuberta de ricas alcatifas e toldada de pannos de ouro e seda [...]. O qual

ao tempo que partio das náos, com seu aparato de bateis, assi foi temeroso de ouvir a expedida dellas, como alegre pera folgar de ver a sua chegada à ponte, porque à partida tudo era fogo, trovoada de artilheria; e chegando à ponte, ouviram trombetas, atambores, viram bandeiras, seda, escarlatas, collares, cadeias e outros arreios de ouro e prata [...]. O qual (Affonso de Alboquerque) em chegando a ElRey o abraçou, mostrando-lhe mais amor de pai que severidade de vitorioso Capitão. E passados os actos daquela primeira vista, assentado cada hum em sua cadeira no cabo da ponte, e feito silêncio, *em Pérsico huma vez e em nossa língua outra, em alta voz se leo todo o contrato* que era feito entre elles.»<sup>66</sup>

Este depoimento constitui uma síntese das formas procuradas e encontradas de comunicação, em que se infiltram, na comunicação linguística, outros modelos, assentes sobre suportes diferentes:

- formas de comportamento: «chegando a ElRey o abraçou»;
- acções espectaculares: «vestidos de festa com todos os instrumentos de prazer»;
- estruturantes auditivos: «trombetas e atambores»;
- estruturantes visuais: «bandeiras, seda, escarlatas, collares, cadeias...»;
- função simbólica das armas: «à partida tudo era fogo, trovoada de artilheria».

Finalmente, o BILINGUISMO que funciona não univocamente, não só como factor de tradução (no contexto, talvez inútil ou supérflua, já que o acordo fora estabelecido anteriormente e era conhecido de ambas as

partes) mas, principalmente, assumido como função simbólica, significativa de um compromisso recíproco e durável.

Através de tentativas e erros, na medida em que coloca os problemas, concebe as aspirações e formula as dúvidas que a sua própria experiência viera fazer suceder às antigas certezas, o discurso gramatical do século XVI erige-se como um discurso aberto e iluminante, que interroga o Real recém-inventado como único interlocutor.

Com a argúcia crítica dum verdadeiro discurso científico que todavia não definiu ainda a sua fórmula discursiva, constituem-se, por vezes, como um desafio à interpretação: linguagem de segundas, terceiras ou múltiplas intenções, cuja ambiguidade é estimulante.

A Gramática Comparada, que vai surgir no século XIX, após a descoberta do sânscrito (já semidescoberto na língua tamul) e se erige como uma corrente fortemente demarcada a partir de Franz Bopp, subjaz também à abertura linguística que faz parte da invenção do mundo. Assim, através duma transmutação, o discurso gramatical e linguístico do século XVI é um discurso aberto, de projectos por acabar e para acabar: infinitude que é afinal o caminho de metamorfose e de promoção da Humanidade em busca de entendimento.

## DOCUMENTÁRIO ANTOLÓGICO

### 1. MELHOR É QUE ENSINEMOS A GUINÉ

«(...) mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda a sua valia e preço.

E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens. E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm.»

(Fernão de Oliveira, *Gramática da Língua Portuguesa*, cap. IV)

### 2. DICÇÕES ALHEIAS

«(...) tornemos a falar das dicções alheias, as quais também com algum trato vêm ter a nós, como de Guiné e da Índia, onde tratamos, e com arte, não somente quando a arte vem novamente à terra, como veio a da impressão, mas também nas artes já usadas, quando de novo usam algum costume: os alfaiates em vestidos, e os

sapateiros em calçado, e os armeiros em armas de novas feições, e assim os outros, porque os homens falam do que fazem, e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte, e os sapateiros não são entendidos na arte de marcar, nem os lavradores de Entre Douro e Minho entendem as novas vozes que este ano vieram de Tunes com suas gorras.»

(*Ibid.*, cap. XXXII)

### 3. COMO OS GREGOS E ROMA

«Ao primeiro viço chamamos barbarismo e ao segundo solecismo.

*Barbarismo* é vício que se cométe na escritura da cada ùa das partes ou na pronunçiaçám. E em nenhũa térra se comete máis ésta figura da pronunçiaçám que nestes reinos, por cáusa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nósso serviço. Porque, bem como os Gregos e Roma haviam por bárbaras todalas outras nações estranhas a eles, por nam poderem formár sua linguágem, assi nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando quérem imitár a nóssoa.»

(João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, «Das Figuras»)

### 4. COMO O SEU PRÓPRIO PORTUGUÊS

«Este exercício, se ò nós usáramos, já tivéramos conquistáda a língua latina, como temos África e Ásia, à conquista das quáes nos máis demos que às treladações latinas. E o sinál désta verdáde, é que, não sómente temos vitória déstas pártes, mas ainda tomámos muitos vocábulos, como podemos ver em todolos que começam

em *al* e em *xá* e os que acabam em *z*, os quães sam mouriscos. E agóra, da conquista da Ásia, tomámos *chatinár* por *mercadejár*, *beniága* por *mercadoria*, *lascarim* por *homem de guerra*, *çumbáia* por *mesura* e *cortesia*, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca dos hómens que naquelas partes andáram, como o seu próprio português. Assi, que podemos usár d'alguns termos latinos que a orelha bem reça, porque éla julga a linguágem e música, e é çensor d'ambas; e, como os consintir um dia, ficaram perpétuamente.»

(João de Barros, *Diálogo em Louvor da nossa Linguágem*)

## 5. A VITÓRIA DE SUA LÍNGUA

«E àcerca deles (os Romanos), más se estimáva a vitória que a sua língua tinha, em ser reça de totalas bárbaras nações, que de ãs submeter ao jugo do seu império. E neste cuidádo foram tam solícitos, que, andando entre os Partos e outros tam bárbaros póvos, nam consentiam que falássem senám a sua língua latina, por demonstrár o império que tinham totalas outras nações.

E o máis çerto sinál que o Romano póde dár ser Espanha sudita ao seu império, nam serám suas corónicas e escrituras, cá éstas, muitas vezes, sam favoráveis ao senhor de quem fálam, mas a sua linguágem, que nos ficou em testemunho de sua vitória. E quanto, entre as cousas materiáes, é de maiór exçelência aquéla que máis dura, tanto àcerca das cousas da honra sam de maiór glória ãs que a memória máis retém. Exemplo temos em totalas monarquias, cá, se perderam com a variedáde do tempo e fortuna das cousas humanas, però leixou a língua latina este sinál de seu império, que durará eternamente.

As armas e padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três pártes da térra, materiáes sam e póde-ás o tempo gastár, però nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses néstas térreas leixárem.

*Filho* — Nam sei, lógo, quál será o português de tam errádo juízo, pois é cértto que máis póde durár um bom costume e vocábulo que um padrám, porque se nam préza máis leixár na Índia este nome *mercadoria*, que trazer de lá *beniága*, cá é sinal de ser vencedor e nam vençido.

*Páí* — Certo é que nam há i glória que se póssa comparár a quando os mininos etiopas, persianos, findos, d'aquém e d'além do Gange, em suas próprias terras, na força dos seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa *Arte* (alusão à sua *Gramática*) aprenderam a nóssa linguágem, com que póssam ser doutrinados em os preçeitos da nóssa fé, que nela vão escritos.»

(*Ibid.*)

## 6. SUMÁRIO DA ARTE MALAVAR

- As letras do *abc* malavar cõ algũa declaração acerca de Malavar.
- Sumário das cinco declinações dos nomes.
  - A primeira declinação
  - A segunda declinação
  - A terceira declinação
  - A quarta declinação
  - A quinta declinação
- Quando se acrecêta esta particula *n* por onrra.
- Regras gerais para facilmente saber declinar.
- Hũas regras a cerca dos nomes.

- Os pronomes.
- Participios.
- Sumário das nove conjugações.
- O verbo *sum, es, fui*.

(*Arte da Língua Malvar*)

## 7. NÓS OUTROS OS CRISTÃOS NATURAIS DA ÍNDIA

«Pôs-nos isto em tanto medo e arreceio que em nenhũa maneira ousáramos cometer esta transladação, se não fora a obediência que todos à real pessoa de Vossa Alteza (D. João III) devemos, especialmente todos nós outros, cristãos naturais da India, de que tem particular cuidado, não somente de nos fazer honras e benefícios temporais, mas também em nos mandar mostrar o caminho da salvação, como claramente parece na presente obra e em muitos pregadores e religiosos que para este efeito lá tem mandado: que é para nós mui grande e assinada mercê. E principalmente quis ser connosco todos três tam benino, piedoso e humano, que esta trasladação nos quis encomendar para nos dar honra em todas as nações onde se ler esta doutrina. E ainda para maior mercê nos fazer e nossa transladação mais autoridade ter, encomendou ao Padre Frei João de Vila do Conde da Ordem de S. Francisco da Província da Piedade, que estivesse presente, pela notícia que tem da Cristandade da India, por alguns anos que nela lá andou por mandado de Vossa Alteza.»

(Vicente de Nazareth, Jorge Carvalho e Thomé da Cruz, *Cartinha em Tamul e Português*, «Prólogo»)

## 8. A LÍNGUA PORTUGUESA SE PODE CHAMAR DITOSA

«E manifesto é que, como entre todas as nações que no mundo há, nenhũa se alongou tanto de sua terra natural, como a nação portuguesa, pois sendo do último Ocidente e derradeira parte do mundo (como Plínio diz) os elementos da terra, água, ar, fazem sua demarcação, penetraram tudo o que o Mar Oceano cerca e consigo levaram sua língua. A qual tam puramente se fala em muitas cidades de África que ao nosso jugo são sujeitas, como no mesmo Portugal e em muitas províncias da Etiópia, da Pérsia e da Índia, onde temos cidades e colónias nos Sionistas, nos Malaios, nos Maluqueses, Léquias e nos Brasis e nas muitas e grandes ilhas do Mar Oceano e tantas outras partes, que com razão se pode dizer por os Portugueses o que diz o Salmista: *In omnem terram exivit sonus eorum, et in finis orbis terrae verba eorum.*»

E a língua portuguesa com razão se pode ter em muito e chamar ditosa, pois por ela se anunciou e manifestou a tantas gentes e de tam remotas e estranhas províncias, a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e foi causa de se tirarem as erróneas e trevas em que o mundo vivia.»

(Duarte Nunes de Leão, *Origem da Língua Portuguesa*, cap. XXIV)

## 9. GÉOGRAPHIE DE LA LANGUE PORTUGAISE

«Hors de l'Europe, nous trouvons la langue portugaise très répandue, surtout par le fait des découvertes et des conquêtes de nos ancêtres, dès de XV<sup>ème</sup> siècle. M. H. Schuchardt écrit à ce sujet:

“Die Geschichte der portugiesischen Entdeckungen und Eroberungen ist im Allgemeinen auch die Geschichte der Ausbreitung der portugiesischen Sprache.”

La même pensée se trouve dans Duarte Nunes do Lião, *Origem da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1606, chap. XXIV:

.....  
En Afrique, nous trouvons le portugais quoique souvent à côté d'autres langues, sur toute la côte occidentale, à partir de notre archipel du Cap Vert, et en suivant la Guinée portugaise et Ajudá [...], le golfe de Guinée [...], et Loango, jusqu'à la province portugaise d'Angola [...].

.....  
Sur la côte orientale, à côté des langues indigènes et d'autres, on parle le portugais dans notre colonie de Moçambique, et, plus au Nord, au moins jusqu'à Quiloa, l'île de Zansibar, Mombaça e Mélinde.

.....

En prenant pour base les oeuvres ci-dessus citées et d'autres notices que j'ai recueillies, on peut établir ce tableau sommaire de la géographie du portugais en Orient:

1) Asie occidentale:

- a) Perse (Gameron, Gamron ou Gomron = Comorão), (Gambroun et Gomeron, depuis appelé Bender-Abbassi, dans le Golfe Persique);
- b) Turquie (Bassorah);

c) Arabie (Moka).

2) Inde:

a) Côte occidentale;

b) Côte orientale;

c) Bengale.

3) Ceylan [...].

4) Asie orientale:

a) Indo-Chine (Arracan, Pégou, Siam, Malacca, P. Pinang, Singapour, etc.);

b) Chine (Macao; il y a des colonies portugaises libres à Hongkong et à Changai);

c) Japon (Nagasaki).

5) Archipel asiatique et Océanie:

a) Sumatra;

b) Java (Batavia, etc.);

c) Bornéo;

d) Célèbes (Macassar);

e) Moluques (Amboine, Ternate);

f) Sonde (Timor, etc.);

g) Sandwich (Hawai).

En Amérique, le portugais a un domaine tout spécial au Brésil, où il est l'idiome national et officiel...»

(J. Leite de Vasconcellos, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*)

## 10. EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ORIENTE

«Nos capítulos que formam este estudo pretende-se mostrar que a língua portuguesa foi durante três séculos de uso corrente entre as populações marítimas de grande parte do Oriente. Mostra-se com as referências dos viajantes estrangeiros que visitaram aquelas paragens nesse tempo ou ainda com documentos oficiais especiais; mostra-se com o vocabulário português que passou para muitas das línguas vernáculas daquelas partes e com as obras de carácter didáctico publicadas para ensino do português concorrentemente com as línguas do país; e mostram-no finalmente a formação de crioulos portugueses e as numerosas impressões em língua portuguesa que os missionários protestantes de Batávia, Colombo, Trangambar e Vepery fizeram para exercerem a sua acção doutrinal. Fiz preceder a exposição destes factos de algumas considerações ou apontamentos sobre a acção política e comercial dos diferentes povos que nos séculos XVI e XVII embarcaram para o Oriente. Com este esforço só quis criar o clima em que aqueles factos se iam passar e não dar relato completo dessa acção.

Para esta difusão da língua contribuíram grandemente as missões religiosas. Das protestantes se fala nos capítulos IV e V: as bibliografias que dou aí são testemunho flagrante dessa acção missionária inteligente, instruída e humana. Precederam-nas as missões católicas, primeiro portuguesas e depois também espanholas, italianas e francesas. O missionário ia aonde ia o mercador ousado, este para os bens terrenos, o outro para ganhar as almas. Também eles procuravam espalhar a fé na própria língua dos catequizados, compondo obras

adequadas nela, como as protestantes. Alguns exemplos dou no capítulo III. “O Missionário que não sabe a língua de suas ovelhas não pode ser missionário», diz-se na Gramática bengala de Manuel da Assunção [...]. “Ao Colégio de Salsete se aplicaram esse ano oito irmãos moralistas ao estudo da língua canarina, tão necessária à cultura dos cristãos e à conversão dos gentios.” (Sousa, *Oriente Conquistado*, II, p. 105).»

(David Lopes, *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente*, «Preâmbulo»)

#### 11. SOBRE A ARTE DA LÍNGUA JAPÓNICA

He begins by stating that this *Arte Breve* is the synopsis promised in the preface of the *Arte (Grande)* of 1604-08, and that it is intended primarily for beginners; but for the beginners who wish to acquire a thorough grasp not only of the colloquial but of the written form of Japanese, and for those who merely wish to catechize or to hear confessions, «porque esses estudem como poderem». He states that the only really satisfactory way of learning the language properly is «o uso e trato quotidiano com os mesmos naturaes, notando com diligencia varias frases, e modos de falar em diversas materias, aprendendo juntamente a ler suas letras mais faceis, ainda que não saibam bem escrever; porque o estudo das letras he hum meyo muy efficaz pera saber a lingoa de raiz, e ethimologia dos vocabulos, o modo verdadeiro de pronunciar, e o primor e elegancia della, o que tudo está encerrado nas mesmas letras». He recognises that the alternative method of learning from books is not so easy nor so satisfactory, even with the aid of a competent native teacher; but in view of the

persecution the raging in Japan, it was the only practical way in 1620.

Granted these premises, he laid down three principles for learning the language thoroughly. *First* and most important, the selection of good, well educated native teachers. *Secondly*, the selection of suitable books to study from the best classical and colloquial Japanese Texts available. *Thirdly*, the way in which the students were taught and the grammatical system in which they were grounded. Like Valignano forty years before, he stressed the importance of good native teachers, «e nam Europeos como até agora correio (an interesting admission this) por mais que saibam a lingoa, os quaes além de lhes faltar o principal que he o conhecimento das letras, e estilo dos livros em que está toda a elegancia e propriedade da lingoa, como sam estranhos nam sabem tanto que possam ensinar e aproveitar os discipulos, nem tem copia pera que possam sobre a liçam das frases e sinonimos pra prios antes os que dam sam improprios, e accomodados à frase Europea por explicarem nossos conceitos na lingoa Japoa.»

(C. R. Boxer, «Padre João Rodriguez», in *B. F.*, XI, II [1950])

## 12. SOBRE A ARTE MALABAR

In 1541 Francis Xavier sailed from Lisbon on a fleet commanded by Affonso Martim de Souza who was returning to become the new governor of India after an illustrious career commanding the Portuguese naval forces in battles in India. It was he who commanded the fleet which defeated the Museum forces at Vadelai in 1538. Xavier was vested with the most impressive power that could be carried by a European bound for the East. The

King of Portugal gave him four papal briefs which had come to him from Rome. The first two appointed him as papal nuncio and gave him a series of powers for such an office. The other two briefs were recommendations to King David of Ethiopia, whom the Portuguese had identified as Prester John, and to other princes of the East with whom Xavier might come in contact.

Xavier arrived in Goa in 1542 where he worked for a few months before turning south. Fr. Miguel Vaz who had baptised the Parava headmen in Cochin was in Goa at the time and had participated in the founding of the *Seminario da Santa Fé* a school for children born to Portuguese men and their Indian wives and for oriental boys who were brought to Goa from all sectors of the East education. Six boys from the Malabar coast were already studying there. The school trained boys in the language and religion of the Portuguese so that they could return to their homelands and assist in the task of spreading Christianity. However, in a short time the Governor sent Xavier to the Fishery Coast to begin work among the Paravas. He took with him there young students of the seminary who came from the Fishery coast and knew the language of the Paravas as well as some Portuguese. Arriving in Tuticorin they were joined by several others with whom they could communicate, and after short effort, the group developed the first formulas for communicating the Christian faith in Tamil. In 1542 Xavier wrote:

«After I come to this coast, where the Christians are, I found out from them the understanding they had of our Lord Christ. Asking them what they believe about the articles of faith, what they hold to, now as Christians, that they had not believed when they were pagans, I did not

find in them any other answer save that were Christians, and that because they not understand our language, they did not understand me nor I them, for their native speech is Malabar and mine Basque, I joined together those among them who were more learned, and I looked for persons who understood our language and theirs. And after having spent many days, with great effort we put the prayers... the Creed, the Commandments, Pater Noster, Ave Maria, Salve Regina, and the General Confession from Latin into Malabar...»

(Jeanne Hein, «Father's Henriques Grammar of spolsen Tamil, 1548»)

## NOTAS

<sup>1</sup> Diz João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ed. cit., p. 401: «A licença que Horácio em sua Arte Poética dá aos latinos pera compoerem vocábulos, contanto que saiam da fonte grega, essa poderemos tomar, se os derivarmos da latina».

<sup>2</sup> *Ibid.*, pp. 401-402.

<sup>3</sup> Fernão de Oliveira, *Gramática*, ed. cit., p. 85.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>6</sup> João de Barros, *Gramática*, ed., cit., p. 393. Sublinhado nosso.

<sup>7</sup> Fernão de Oliveira, *Gramática*, ed. cit., p. 88.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>9</sup> Fernão de Oliveira, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1975, p. 124. Sublinhados nossos.

<sup>10</sup> João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1971, p. 349 e segs.

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> Nebrija, por exemplo, considera *dez* partes do discurso, enquanto João de Barros considerava *nove*, em face das *oito* consagradas pela doutrina greco-latina.

<sup>13</sup> Entendemos neste caso como línguas exóticas aquelas que saem dos polípticos linguísticos, a saber: o latim, grego, hebraico e/ou árabe e das línguas europeias conhecidas. Em última análise, consideramos as línguas ameríndias e as línguas orientais.

<sup>14</sup> João de Barros, *Gramática*, ed. cit., p. 312.

<sup>15</sup> Cabe hoje aos semióticos o sonho da língua científica universal, com a teoria dos signos (Pierce e Morris). Diz Charles Morris (*Writings on the general theory of Signs*, Mouton, 1971): «A teoria dos signos é um instrumento útil para a desbabelização. Nas

línguas é que está o mal.» Acrescenta: «Antigos projectos de gramática universal tomam uma nova forma e defensável quando se traduzem por um estudo do modo pelo qual as línguas desempenham funções semióticas semelhantes mediante o emprego de processos diferentes.» Aliás, para Roger Bacon, longínquo precursor do conceito, a ininteligibilidade das línguas provém apenas da diversidade das palavras: «grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis licet accidentaliter varietur». Podemos, assim, identificar as várias propostas de desbabelização: 1) reencontro ou re-aprendizagem da língua natural; 2) invenção da gramática universal; 3) criação de línguas universais; 4) semiótica, ou teoria dos signos; 5) finalmente, a Cibernética.

<sup>16</sup> *Gramática*, pp. 293-294 (ed. cit., sublinhado nosso).

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 319.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 314.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 324.

<sup>20</sup> João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ed. cit., p. 396.

<sup>21</sup> G. Steiner, *After Babel*, p. 56.

<sup>22</sup> João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ed. cit., p. 396. Note-se que «a espanhol» não se identifica com o castelhano, mas designa, no discurso do autor, genericamente, a diversidade das línguas ibéricas.

<sup>23</sup> *Gén.*, 10, 8-10. O mito é retomado por Isidoro de Sevilha que se torna, certamente, numa das fontes dos humanistas de Quinhentos (*Étym.* VII, VI, 22).

<sup>24</sup> João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, ed. cit., p. 395.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 395.

<sup>26</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. LXXXII.

<sup>27</sup> *Déc.* II.

<sup>28</sup> *Déc.* III.

<sup>29</sup> *Déc.* III.

<sup>30</sup> *Déc.* II.

<sup>31</sup> *Déc.* III.

<sup>32</sup> *Carta...*, INCM, Lisboa, 1974, p. 40.

<sup>33</sup> *Lus.*, II, 89-91.

<sup>34</sup> *Ibid.*, I, 89.

<sup>35</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. XL. Sublinhado nosso.

<sup>36</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. LVI.

<sup>37</sup> *Déc.*, I.

<sup>38</sup> *Lus.*, V, 28-30.

<sup>39</sup> Cf. Lucien Goldmann, *Le Dieu caché*, Gallimard, 1979, (reimpr. 1959), p. 25.

- <sup>40</sup> *Relation de Pigafetta*, ed. cit., p. 177 e segs.
- <sup>41</sup> *Ibid.*, p. 234 e segs.
- <sup>42</sup> *Ibid.*, p. 294 e segs.
- <sup>43</sup> *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499) por Álvaro Velho*. Prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1960.
- <sup>44</sup> As edições francesas foram dadas em 1855 por Ferdinand Denis e em 1864 por Morelet; a inglesa é de 1898, por Ravenstein, e a alemã de 1898, por Hümmerich.
- <sup>45</sup> Cf. Jacques Derrida, *De la Grammatologie*, Paris, 1967, p. 57.
- <sup>46</sup> *Ibid.*
- <sup>47</sup> D. João I, *Livro da Montaria*, Coimbra, 1918, p. 2-3.
- <sup>48</sup> Fernão de Oliveira, *Gramática*, ed. cit., p. 47.
- <sup>49</sup> João de Barros, *Déc.* I, «Prólogo».
- <sup>50</sup> Cf. a esse propósito, a reflexão de T. Todorov: «Le dialogue est très asymétrique car le propos des évangélisateurs occupe une place non seulement plus grande, mais grandissante (*La Conquête de l'Amérique*, Paris, 1982, p. 88).
- <sup>51</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. XLI.
- <sup>52</sup> *Ibid.*, cap. CXVI.
- <sup>53</sup> Ps. 71, 9-10: *Coram illo procident Aethiopes, / Et inimici eius terram lingent. Reges tharsis et insulae munera offerent; / Reges Arabum et Saba dona adducent.*
- <sup>54</sup> Cf. Jeanne H. Hein, «Father's Henriques Grammar of Spolsen Tamil, 1548», in *Indian Church History Review* (Calcutta), XI, n.º 2, 1977. pp. 127-137.
- <sup>55</sup> F. 5 v.º.
- <sup>56</sup> F. 56 v.º.
- <sup>57</sup> Cf. C. R. Boxer, «Padre João Rodriguez Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620», BF, XI, II (1950) pp. 338-363.
- <sup>58</sup> Fr. Xavier S. Thani Nayagam, «Tamil Manuscripts in European Libraries», in *Tamil Culture*, III (Oct. 1954), p. 220.
- <sup>59</sup> C. R. Boxer, *loc. cit.*, p. 338.
- <sup>60</sup> *Ibid.*
- <sup>61</sup> Convém observar que, enquanto nos restantes países da América do Sul, sob a jurisdição de Castela, a ordem missionante era, principalmente, a dos Franciscanos, no Brasil e no Oriente encontramos a Companhia de Jesus.
- <sup>62</sup> Charles Sainte-Foy, *Vie du Vénérable Joseph Anchieta de la Compagnie de Jesus: précédé de la vie du P. Emmanuel de Nobrega, de la même compagnie*, Paris, 1858. Nesta obra de carácter apologético, apresenta-se Anchieta como profeta e taumaturgo.
- <sup>63</sup> São Paulo do Brasil.

<sup>64</sup> Cf. José Augusto Mourão, «José de Anchieta, Missionário e Trovador do Brasil», in *Brotéria*, vol. III, n.º 6, (Dezembro, 1980).

<sup>65</sup> Cf. Marshall McLuhan, *La Galaxie Gutenberg. La g n se de l'homme typographique*, Paris, 1977.

<sup>66</sup> João de Barros, *D c.* II. Sublinhado nosso.

## OBRAS CITADAS

- BARROS, João de — *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), Lisboa, 1971.
- BARROS, João de — *Da Ásia*, Lisboa, 1778 (Facsimil., Lisboa, 1973).
- BOXER, C. R. — «Padre João Rodriguez Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620», in *B. F.*, XI, II (1950), pp. 338-363.
- CAMINHA, Pêro Vaz de — *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, I. N. C. M., Lisboa, 1974.
- CAMÕES, Luís de — *Os Lusíadas*.
- DERRIDA, Jacques — *De la Grammatologie*, Paris, 1967.
- HEIN, Jeanne H. — «Father's Henriques Grammar of spolsen tamil, 1548», in *Indian Church History Review*, (Calcutta), XI, n.º 2, 1977, pp. 127-137.
- GOLDMANN, Lucien — *Le dieu caché*, Paris, 1979.
- JOÃO I (Dom) — *Livro da Montaria*, Coimbra, 1918.
- LOPES, David — *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII* (1936), reed. actualizada com notas e prefácio de Luís de Matos, Lisboa, 1969.
- MCLUHAN, Marshall — *La Galaxie Gutenberg. La gènèse de l'homme typographique*, Paris, 1977.
- MOURÃO, José Augusto — «José de Anchieta, Missionário e Trovador do Brasil», in *Brotéria*, III, n.º 6 (Dez. 1980), pp. 475-489.
- NAYAGAM, Xavier S. Thani — «Tamil Manuscripts in European Libraries», in *Tamil Culture*, III (Oct. 1954).
- OLIVEIRA, Fernão — *Gramática da Linguagem portuguesa* (1536), Lisboa, 1971.

- PIGAFETTA, António de — *Relation du premier voyage autour du Monde par Magellan — 1519-1522, commenté et transcrit d'après le manuscrit français*, par Léonce Peillard, Paris, 1956.
- PINTO, Américo Cortez — *Da Famosa Arte da Imprimissão*, Lisboa, 1948.
- PINTO, Fernão Mendes — *Peregrinação (1614)*, Porto, 1944.
- SAINTE-FOY, Charles — *Vie du Vénérable Anchieta de la Compagnie de Jésus: précédé de la vie du P. Emmanuel de Nobrega, de la même Compagnie*, Paris, 1858.
- STEINER, George — *After Babel, Aspects of Language and Translation*, London, 1975.
- TODOROV, T. — *La Conquête de l'Amérique*, Paris, 1982.
- VASCONCELLOS, J. Leite de — *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise (1901)*, Lisboa, 1970.